



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Programa de Pós-Graduação em Economia**

LUCAS FERDINANDO RORATO

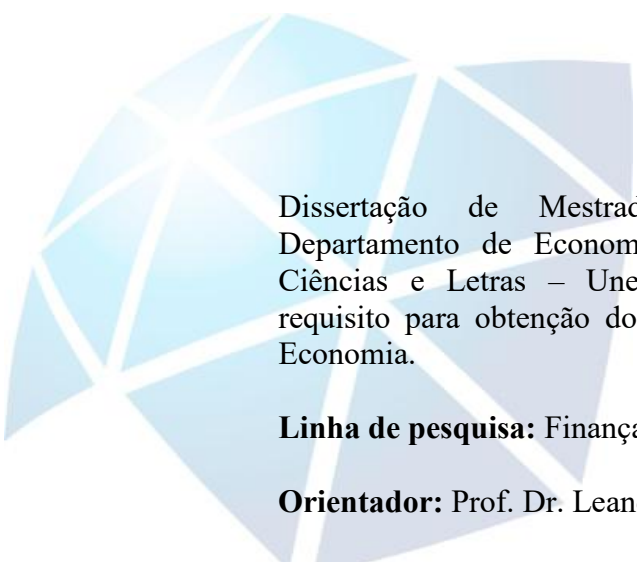
A large, light blue geometric graphic in the background, composed of several overlapping triangles and quadrilaterals, creating a complex, crystalline or molecular-like structure. It is centered on the page and partially overlaps the title text.

**A MOEDA SOCIAL DIGITAL COMO ALTERNATIVA FINANCEIRA INCLUSIVA:
O CASO DO BANCO MUMBUCA**

ARARAQUARA/SP
2023

LUCAS FERDINANDO RORATO

**A MOEDA SOCIAL DIGITAL COMO ALTERNATIVA FINANCEIRA INCLUSIVA:
O CASO DO BANCO MUMBUCA**



Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Linha de pesquisa: Finanças Sociais

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

ARARAQUARA/SP
2023

R787m Rorato, Lucas Ferdinando
A moeda social digital como alternativa financeira
inclusiva : o caso do banco Mumbuca / Lucas Ferdinando
Rorato. -- Araraquara, 2023
110 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Leandro Pereira Morais

1. Finanças Sociais. 2. Exclusão Financeira. 3. Moeda
Mumbuca. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUCAS FERDINANDO RORATO

**A MOEDA SOCIAL DIGITAL COMO ALTERNATIVA FINANCEIRA INCLUSIVA:
O CASO DO BANCO MUMBUCA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós em Economia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Linha de pesquisa: Finanças Sociais

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Data da defesa: 16/05/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Dr. Leandro Pereira Morais
FCLAr - Unesp.

Membro Titular: Dr. Sergio Azevedo Fonseca
FCLAr - Unesp.

Membro Titular: Dr. Caio Luis Chiariello
FACE - UFGD.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus familiares, que sempre me deram total apoio, em especial à Antônio e Lúcia, meus pais, e à Camila Rorato, minha amada esposa.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.611054/2021-00.

Agradeço, primeiramente, à Deus pela oportunidade e a pela capacitação para que pudesse desenvolver o presente trabalho. Sem Ele, esse caminho teria sido muito mais doloroso, se não impossível. Agradeço também à Nossa Senhora Aparecida por todo carinho e amparo materno durante todo esse mestrado.

Agradeço à minha amada esposa Camila, que esteve ao meu lado todos os dias desse mestrado, me apoiando, incentivando, cobrando (sempre que necessário) e tornando os momentos mais leves. Te amo, vida!

Agradeço aos meus pais, Antônio e Lúcia, que apesar da simplicidade sempre acreditaram no poder transformador da educação e nunca mediram esforços para que os três filhos se formassem. Minha eterna gratidão. Amo muito vocês!

Agradeço a meus irmãos, Gustavo e Juliane, e a meus cunhados, Camila e Marcelo, que desde muito cedo se tornaram inspiração acadêmica para mim, em seus merecidos processos de graduação e pós-graduação. Agradeço também a meus sobrinhos, Caio e Antônio, e a meu afilhado, Francisco, que, com a pureza no coração, me alegam e me mostram todos os dias qual o real significado da vida.

Agradeço à Unesp e a todos os meus professores, que foram indispensáveis na minha formação, dando a plena condição para que eu pudesse desenvolver um trabalho com excelente qualidade. Em especial, agradeço também, a meu orientador, Professor Dr. Leandro Pereira Moraes, que aceitou o desafio de me orientar na graduação e no mestrado e me transmitiu grande conhecimento, nesse período.

Por fim, agradeço a todas as outras pessoas, desde minha formação básica, que de alguma forma contribuíram para minha formação e elaboração deste trabalho.

Deixo aqui meu sonho. Que um dia, não distante, todas as pessoas do mundo possam ter a oportunidade libertadora do acesso ao ensino de qualidade, o qual tive o privilégio de alcançar junto a Unesp, com o apoio de todos acima citados.

Minha eterna gratidão!

“No Brasil, a necessidade de um outro sistema financeiro é gritante. É preciso abrir um debate sobre como fazê-lo atingir dimensões compatíveis com a necessidade de desconcentrar o capital para inserir na produção os que se encontram a sua margem” (SINGER, 2007)

RESUMO

A exclusão financeira é um fenômeno ainda presente na realidade dos brasileiros. Segundo o Relatório de Cidadania Financeira (2021), elaborado pelo Banco Central do Brasil (BCB), 23% dos adultos brasileiros ainda não possuem nenhum tipo de relacionamento com alguma instituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essa alta e persistente exclusão prejudica a capacidade de alavancagem via crédito da população de baixa renda, contribuindo para a piora das desigualdades sociais e econômicas. Em virtude desse cenário, nos últimos anos, começaram a surgir diversas formas de Finanças Sociais, como é o caso das moedas sociais. Segundo Singer (2009, p. 3), as moedas sociais são “um instrumento de troca e meio de pagamento criado e operado por associações autogestionárias” que circula juntamente com a moeda oficial em determinada região, com foco na inclusão de grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é identificar os fatores e indicadores do êxito da Mumbuca como moeda social digital no município de Maricá. A metodologia utilizada no trabalho é a pesquisa qualitativa, estudo de caso e coleta de dados por meio de pesquisa documental, em múltiplas fontes. O estudo de caso se refere à moeda Mumbuca que circula na cidade de Maricá, no Rio de Janeiro. O trabalho aponta êxito na diminuição da exclusão financeira nos locais onde foram implementadas moedas sociais, sendo a Mumbuca uma experiência única, autêntica e inovadora.

Palavras-chave: Finanças Sociais; Exclusão Financeira; Moeda Mumbuca.

ABSTRACT

Financial exclusion is a phenomenon still present in the reality of Brazilians. According to the Financial Citizenship Report (2021), prepared by the Central Bank of Brazil (BCB), 23% of Brazilian adults still do not have any type of relationship with an institution of the National Financial System (SFN). This high and persistent exclusion impairs the leverage capacity of the low-income population via credit, contributing to the worsening of social and economic inequalities. Due to this scenario, in recent years, various forms of Social Finance have begun to emerge, such as social currencies. According to Singer (2009, p. 3), social currencies are “an instrument of exchange and means of payment created and operated by self-managed associations” that circulate alongside the official currency in a given region, focusing on the inclusion of groups that are normally excluded from the traditional financial market. Therefore, the objective of this work is to identify the factors and indicators of Mumbuca's success as a digital social currency in the municipality of Maricá. The methodology used in the work is qualitative research, case study and data collection through documentary research, in multiple sources. The case study refers to the Mumbuca coin that circulates in the city of Maricá, in Rio de Janeiro. The work points to success in reducing financial exclusion in places where social currencies were implemented, with Mumbuca being a unique, authentic and innovative experience.

Keywords: Social Finance; Financial Exclusion; Mumbuca Currency.

LISTA DE QUADROS

QUADROS

Quadro 1 - Organizações de ESS.....	30
Quadro 2 - Diferenças entre bancos tradicionais e BCD.....	51
Quadro 3 - Fases históricas do Conjunto Palmeiras.....	57
Quadro 4 - Quantidade de BCD, Brasil 2022.....	60
Quadro 5 - Diferenças entre moeda oficial e moeda social.....	64
Quadro 6 - Principais moedas sociais brasileiras.....	68
Quadro 7 – Fases históricas do Banco Mumbuca.....	78
Quadro 8 - Moedas sociais criadas após a experiência da Mumbuca.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Adultos com relacionamento bancário por região, 2015-2017.....	61
Gráfico 2 - Volume de depósitos no Banco Mumbuca (R\$ Milhões), 2018-2021.....	86
Gráfico 3 - Tipos de comércio com maior número de transações em Mumbuca, 2021.....	86

LISTA DE IMAGENS

IMAGENS

Imagem 1 - Vista aérea da cidade de Maricá.....	73
Imagem 2 - Cartão ValeShop.....	76
Imagem 3 - Primeira compra efetuada com o cartão Mumbuca, 2013.....	77
Imagem 4 - Compra sendo paga no aplicativo via leitura de cartão.....	82
Imagem 5 - Aplicativo dos comerciários com as opções de recebimento.....	83
Imagem 6 - Sede do Banco dos Cocais.....	91
Imagem 7 - Sede do então Banco Capivari.....	92

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Tabela 1 - A evolução do alcance da moeda Mumbuca, 2018-2021.....	85
---	----

LISTA DE MAPAS

MAPAS

Mapa 1 - Mapa distrital de Maricá.....	72
Mapa 2 - Quantidade de clientes cadastrados na plataforma e-dinheiro, 2021.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

BASSA - Banco Solidário de Santana do Acaraú

BCB - Banco Central do Brasil

BCD - Bancos Comunitários de Desenvolvimento

CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

ESS - Economia Social e Solidária

FS - Finanças Sociais

FTFS - Força Tarefa de Finanças Sociais

LETS - Local Exchange Trading System

MPE - Micro e Pequenas Empresas

NFC - Near Field Communication

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAT - Programa de Amparo ao Trabalhador

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

RBBC - Rede Brasileira de Bancos Comunitários

SEL - Systèmes d'Echange Locaux

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SNCC - Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

TBL - Triple Bottom Line

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

WOCCU - World Council Of Credit Unions

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. FINANÇAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUA.....	21
2.1 <i>Economia Social e Solidária: origens, definição e princípios.....</i>	22
2.2 <i>Finanças Sociais: definição, características e importância socioeconômica.....</i>	32
2.2.1 <i>A trajetória histórica das Finanças Sociais.....</i>	37
2.2.2 <i>As diferentes formas de finanças sociais.....</i>	41
3. MOEDAS SOCIAIS: UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO FINANCEIRA	48
3.1 <i>Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD): definição, princípios, características e processo histórico.....</i>	49
3.1.1 <i>Definição, princípios e características dos BCD.....</i>	50
3.1.2 <i>Surgimento e expansão nacional dos BCD.....</i>	55
3.2 <i>Moedas Sociais: uma ferramenta de inclusão financeira.....</i>	62
3.2.1 <i>Características e peculiaridades das Moedas Sociais.....</i>	62
3.2.2 <i>O processo histórico das moedas sociais: das origens à expansão.....</i>	65
3.3 <i>E-dinheiro: Funcionalidade e diferenciais da moeda social digital.....</i>	69
4. MOEDA SOCIAL MUMBUCA: O EXEMPLO PRÁTICO DA CIDADE DE MARICÁ/RJ.....	72
4.1 <i>A trajetória histórica do Banco Mumbuca: Da criação ao auge.....</i>	74
4.2 <i>A Moeda Mumbuca na prática e suas conquistas.....</i>	80
4.2.1 <i>A Mumbuca no dia a dia de Maricá.....</i>	81
4.2.2 <i>As conquistas da Mumbuca em números.....</i>	84
4.3 <i>O papel do setor público no sucesso da Moeda Mumbuca.....</i>	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICES.....	103

1. INTRODUÇÃO

O sistema financeiro brasileiro, segundo o Banco Central do Brasil (BCB), é um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, ou seja, esse sistema possui o objetivo de intermediar o dinheiro entre os poupadores e aquelas pessoas que necessitam de recursos. Os bancos comerciais são as instituições mais conhecidas, entretanto existem outras, como, por exemplo, *fintechs*¹, corretoras, distribuidoras, caixas econômicas, administradoras de consórcios, cooperativas de crédito, entre outras instituições não bancárias. É no interior desse sistema que o governo, as empresas e as pessoas fazem o dinheiro circular, aumentando, dessa forma, o fluxo de renda.

Nos anos de 1990, o fenômeno da “financeirização” alterou consideravelmente a composição da riqueza social, fazendo crescer a participação dos ativos financeiros no patrimônio das famílias de renda média. Além disso, a liberalização dos mercados cambiais e a desregulamentação financeira, que ocorreram na mesma época, fizeram aumentar a participação dos investimentos estrangeiros causando, dessa forma, inflação dos ativos financeiros e uma mudança na concepção a respeito das decisões de gastos e investimento, que passaram a estar atreladas ao ritmo de enriquecimento financeiro (COUTINHO & BELLUZZO, 2016).

Nesse sentido, a “financeirização” ocorrida na década de 1990, aumentou o fluxo de renda da economia e seu estoque de riqueza, fazendo com que as instituições financeiras pudessem aumentar a oferta de crédito no mercado e, dessa forma, a alavancagem das empresas e famílias. Essa mudança fez aumentar a dependência da economia internacional para com o sistema financeiro e, a partir de então, a cada dia a economia passou a exigir um sistema financeiro mais desenvolvido e capaz de apresentar soluções que dinamizassem o ritmo econômico mundial.

Esse processo contou com a participação ativa das instituições financeiras que tiveram papel crucial no aumento da oferta de crédito que se deu posteriormente ao aumento do volume de ativos financeiros. Vale destacar que não só as instituições clássicas, como bancos e corretoras participaram desse processo, mas também outras entidades ligadas ao que chamamos de Finanças Sociais (FS), uma vez que o sistema financeiro clássico nunca esteve preocupado em incluir e oferecer soluções para pessoas de baixa renda.

Nesse sentido, Singer (2009) divide o sistema financeiro em três diferentes estilos de instituições. O primeiro estilo é composto pelas entidades capitalistas, no qual é formado

¹ *Fintech* é a aglutinação das palavras *financeira* e *technology*. Essas instituições são majoritariamente startups que buscam a inovação e a otimização dos produtos financeiros.

pelos intermediários financeiros, ou seja, os bancos, as seguradoras e as corretoras, cujo objetivo principal são os lucros (retorno do capital investidos). Já o segundo são as entidades estatais, que são compostas por bancos federais e estaduais, que também visam lucros, mas também possuem como foco a prestação de serviços financeiros públicos. Por fim, o terceiro estilo compreende os vários intermediários financeiros, que seguem um modelo alternativo denominado de Finanças Sociais, no qual visam o atendimento das necessidades de pessoas excluídas do mercado financeiro tradicional, e não o lucro, como a maioria das instituições desse sistema (SINGER et al., 2009; GASPARINI & PROSPERO, 2019; PIRES-ALVES et al., 2020).

Diferente das finanças tradicionais, as FS não estão preocupadas apenas com a viabilidade econômica de um produto ou um projeto a financiar, mas levam em consideração seu potencial impacto socioeconômico na região onde está sendo desenvolvido tal trabalho. Portanto, as soluções surgem de baixo para cima, tendo o diálogo com os beneficiários como base dessa relação, ou seja, primeiro se identifica as reais necessidades financeiras dos grupos marginalizados para, posteriormente, criar soluções personalizadas, mais alinhadas com a realidade (GASPARINI & PROSPERO, 2019).

Dentre as diversas formas de FS existentes atualmente, as principais são os bancos comunitários, as cooperativas de crédito, os fundos sociais, os *crowdfunding*, o microcrédito e a moeda social. A moeda social, foco principal desta dissertação, é segundo Singer (2009, p. 3) “um instrumento de troca e meio de pagamento criado e operado por associações autogestionárias” que circula juntamente com a moeda oficial em determinada região, com foco na inclusão de grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional. Essa forma de FS ajuda a criar uma relação econômica com bases solidárias (BÚRIGO, 2001).

Segundo Búrigo (2001, p. 13), dentro do arcabouço da discussão das finanças sociais, “a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação de taxas de juros”.

As moedas sociais vêm ganhando destaque nos últimos anos em virtude de inúmeros fatores econômicos e sociais. Búrigo (2001) cita algumas das possibilidades desse crescimento do debate das moedas sociais, são elas: *i) o crescimento de políticas neoliberais, que frequentemente agravam ondas de desemprego e de recessão econômica; ii) a crescente crítica à "sociedade de mercado"; iii) os riscos da globalização dos circuitos financeiros, em virtude das especulações e das incertezas; iv) o aumento da miséria em países periféricos; v) a*

expansão dos movimentos de resistência ao poder do capitalismo financeiro e; vi) as moedas sociais como exemplos de constituição de redes de economia solidária.

A moeda social é capaz de anular parte da concentração monetária estabelecida pelas autoridades, aumentar a demanda efetiva, diminuir a exclusão financeira e a pobreza. Nos locais que foram implementadas, essas moedas se mostraram uma ferramenta capaz de reduzir a exclusão financeira, uma vez que elas, além de serem já destinadas para as pessoas financeiramente marginalizadas, são capazes de manter a renda gerada em uma região dentro da própria região, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local.

Mais recentemente uma nova forma de moeda social vem ganhando destaque, a moeda social digital, que consiste em um meio de pagamento virtual, operacionalizado por meio de aplicativo de celular. Diferente do papel moeda, o cartão social possui algumas possibilidades capazes de fortalecer ainda mais a moeda como, por exemplo, a possibilidade de distribuição de renda através do cartão e o cadastramento de estabelecimentos que aceitam o cartão. Essa ação, quando analisada em um contexto regional ou local, é capaz de promover uma melhor distribuição de renda e uma inclusão social e financeira. Recentemente, a cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, implementou essa nova moeda digital e alcançou resultados socioeconômicos satisfatórios, se tornando um *case* de sucesso por se mostrar única, autêntica e inovadora.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar os fatores e indicadores do êxito da Mumbuca como moeda social digital no município de Maricá. Para tanto, o objetivo geral é alcançado por meio dos objetivos específicos: *i) ampliar a discussão teórico-conceitual acerca das finanças sociais, visando contribuir para o estado da arte do referido tema; ii) analisar os impactos socioeconômicos promovidos pela introdução de moedas sociais digitais nas economias locais; iii) apresentar o estudo de caso de um banco comunitário da cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, analisando sua história, desenvolvimento e impacto social de sua moeda digital.*

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em pesquisa qualitativa, estudo de caso e coleta de dados por meio de pesquisa documental, em múltiplas fontes. O estudo de caso se refere à moeda Mumbuca que circula na cidade de Maricá, no Rio de Janeiro.

Segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 83), método é “um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Justamente por isso, os autores concluem que não existe ciência sem que haja o emprego de métodos científicos.

O referencial teórico, segundo GIL *et al* (2002, p. 44), é “desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, nesse sentido foram levantados as principais obras e autores da chamada Economia Social e Solidária (ESS) e das finanças sociais como, por exemplo, Paul Singer, França-Filho, Luiz Inácio Gaiger, Euclides André Mance, entre outros. O objetivo é buscar levantar os principais pontos de debates desses autores sobre as finanças sociais e encontrar o estado da arte do referido tema. Para GIL *et al* (2002, p. 45), a utilização desse método permite ao investigador cobrir uma maior “gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O estudo de caso, segundo GIL *et al* (2002, p. 54), consiste no “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Nas ciências sociais, o estudo de caso é encarado como o “delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”.

O objetivo da utilização do estudo de caso como método do presente trabalho é compreender, de forma prática e aplicada, como as moedas sociais funcionam na prática, no dia a dia, nas negociações comerciais, nas políticas públicas, entre outros aspectos socioeconômicos.

Para isso, a dissertação está dividida em cinco seções. A primeira seção traz um breve resumo de todo o trabalho. Já a segunda seção busca elucidar o referencial teórico referente à temática das finanças sociais, sob o qual é estudado o processo histórico, as principais características, os tipos de organizações e agentes. A terceira seção busca elucidar o referencial teórico acerca dos bancos comunitários e das moedas sociais digitais, apresentando seus históricos no Brasil, as formas de atuação e a capacidade de promover o desenvolvimento econômico, social e financeiro da região onde estão presentes. A quarta seção corresponde ao estudo de caso do banco comunitário da cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, o Banco Mumbuca, que recentemente criou uma moeda social digital, e-dinheiro. Nesta seção é realizado um estudo detalhado sobre a história da instituição, seu desenvolvimento, o papel do poder público, a introdução e importância da moeda social digital e seu consequente impacto socioeconômico na região de Maricá/RJ. São utilizados

dados secundários de documentos emitidos pelo Banco Mumbuca e entrevista com a diretora financeira do banco. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais do trabalho.

2. FINANÇAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

O sistema financeiro brasileiro, segundo o Banco Central do Brasil (BCB), é “um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira”, ou seja, esse sistema possui o objetivo de intermediar o dinheiro entre os poupadores e aquelas pessoas que necessitam de recursos. Bancos comerciais, fintechs, corretoras, distribuidoras, caixas econômicas, administradoras de consórcios, cooperativas de crédito, entre outras instituições não bancárias, são exemplos dessas instituições intermediadoras, cujo objetivo principal é fazer o dinheiro circular entre todos os agentes econômicos (empresas, governo e pessoas) e, dessa forma, aumentar o fluxo de renda, os estoques de riqueza e a alavancagem via crédito.

O aumento desse fluxo de renda e do estoque de riqueza têm a capacidade de acarretar em dinamismo econômico capaz de promover crescimento sustentável. Na década de 1990, o processo de “financeirização” comprovou essa teoria. O aumento da participação dos ativos financeiros na composição do patrimônio das famílias de alta e média renda e das empresas, somado ao crescimento dos investimentos estrangeiros, promoveram um aumento considerável no fluxo de renda da economia e um dinamismo que foram as bases para o aumento do consumo e do crédito na década seguinte (COUTINHO & BELLUZZO, 2016).

Esse processo de “financeirização” contou com a participação ativa das instituições financeiras que tiveram papel crucial no aumento da oferta de crédito que se deu posteriormente ao aumento do volume de ativos financeiros. Vale destacar que não só as instituições clássicas, como bancos e corretoras participaram desse processo, mas também outras entidades ligadas ao que chamamos de Finanças Sociais (FS).

A evolução do sistema financeiro nunca foi equitativa e inclusiva, ou seja, por mais que a “financeirização” dinamizou e causou aumentos no fluxo de renda, incluir não era a prioridade em cada avanço do sistema financeiro. A única exceção vinha justamente desse estilo de instituição denominado de Finanças Sociais. Nesse sentido, Singer (2009) divide o sistema financeiro em três diferentes estilos de instituições. O primeiro estilo é composto pelas entidades capitalistas, no qual é formado pelos intermediários financeiros, ou seja, os bancos, as seguradoras e as corretoras, cujo objetivo principal são os lucros (retorno do capital investidos). Já o segundo são as entidades estatais, que são compostas por bancos federais e estaduais, que também visam lucros, mas por possuírem como foco a prestação de serviços financeiros públicos, acabam, de certa forma, sendo mais inclusivas que as entidades do primeiro estilo. Por fim, o terceiro estilo compreende os vários intermediários financeiros, que

seguem um modelo alternativo, no qual visam o atendimento das necessidades de pessoas excluídas do mercado financeiro tradicional, e não o lucro, como a maioria das instituições desse sistema (SINGER et al., 2009; GASPARINI & PROSPERO, 2019; PIRES-ALVES et al, 2020).

Esse terceiro estilo de entidade, conforme dividido por Singer (2009), vêm ganhando espaço nos debates acadêmicos e seu interesse dentro da literatura econômica só aumentou nos últimos anos, em virtude de sua amplitude e importância social frente a problemas socioeconômicos que o sistema capitalista não consegue resolver sozinho. Entretanto, essa importância social transformou as FS em um campo teórico permeado de embates e conflitos, da teoria a *práxis*, muito amplo e quase que impossível de ser delimitado, uma vez que cada região possui seus próprios problemas, e cada problema possui uma solução específica, logo suas fronteiras se expandiram rapidamente e muitas instituições de diferentes estilos foram sendo criadas.

Na literatura econômica, o conceito de FS está inserido dentro do arcabouço do conceito de Economia Social e Solidária (ESS), uma vez que as organizações ligadas às FS são primeiramente organizações de ESS. Dessa forma, o presente trabalho assume que as FS é um subconjunto da ESS. Portanto, antes de se aprofundar no conceito de FS é preciso compreender as características, a importância e o processo histórico da ESS.

2.1. Economia Social e Solidária: origens, definição e princípios

No decorrer da história do capitalismo, a busca por maiores lucros e espaço nos mercados competitivos fizeram a inovação se transformar na principal chave para a evolução material da humanidade e do próprio sistema capitalista. Schumpeter (1911; 1942), define a inovação como a introdução de um novo bem ou uma nova técnica de produção que é capaz de revolucionar a estrutura econômica, se tornando uma força propulsora do sistema capitalista, uma vez que, para o autor, a inovação destrói as estruturas antigas e cria novas, dentro de um processo chamado por ele de *destruição criadora*.

Dessa forma, a busca por inovação se tornou uma obsessão para o *modus operandi* do sistema capitalista, fazendo ele acelerar sua evolução e alcançar avanços materiais que em décadas passadas eram tidos como impossíveis. A inteligência artificial, a nanotecnologia, a realidade aumentada, a internet das coisas e a biotecnologia, são exemplos dos avanços materiais que a sociedade alcançou nos últimos anos.

Paralelo a esses avanços materiais é possível presenciar no interior do sistema capitalista constantes retrocessos sociais. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), *The State of Food Security and Nutrition in the World*, em 2020 a fome aumentou em termos absolutos e proporcionais e chegou a 9,9% das pessoas, ultrapassando inclusive a taxa de crescimento da população mundial. Além disso, o relatório mostra ainda que mais de 2,3 bilhões de pessoas (30% da população global) não têm acesso à alimentação adequada e que mais de 149 milhões de crianças com menos de 5 anos estão subnutridas.

Declarado pela ONU em 2010 como direito humano fundamental, o acesso à água potável e ao saneamento básico ainda não são realidade para bilhões de pessoas. Segundo a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, mais de 2,2 bilhões de pessoas em todo o mundo não tinham ainda acesso a água potável e mais de 4,2 bilhões de pessoas ainda não possuem acesso à rede de saneamento básico. Logo, 1 em cada 3 pessoas no mundo não consegue ter acesso a água limpa e segura para beber.

Além disso, segundo o Banco Mundial, em virtude da pandemia da covid-19, em 2021 a extrema pobreza voltou a aumentar, atingindo cerca de 150 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 1,4% das pessoas do mundo ainda vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. Esse cenário aumenta ainda mais a desigualdade social e de renda, mostrando que os retrocessos sociais estão bem longe de ter um fim.

A pandemia da Covid-19, iniciada entre o final de 2019 e começo de 2020, causou piora nesses indicadores. Segundo o relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (ONU, 2022), a pandemia, somada à guerra na Ucrânia, aprofundou a crise de alimentos agravando ainda mais a fome mundial. De acordo com o relatório, somando todas as formas de insegurança alimentar mais de 29% da população mundial não tem acesso pleno a alimentos de qualidade.

Em suma, o sistema capitalista contemporâneo vive um paradoxo no qual, de um lado apresenta constantes avanços materiais que advém das grandes inovações oriundas da IV Revolução Industrial e da Indústria 4.0, mas que, por outro lado, apresenta também crescente retrocessos sociais, como o aumento da fome, da extrema pobreza, da desigualdade social, da falta de acesso à água potável e saneamento básico, entre outros problemas sociais (MORAIS, 2019).

É nesse cenário paradoxal que surge um modelo alternativo, presente no próprio capitalismo, como forma de resposta a esses retrocessos sociais, a ESS, que é um modelo

constituído pela união de pessoas em instituições autogestionárias que visam satisfazer as suas próprias necessidades sociais advindas desse paradoxo do sistema capitalista.

As raízes desse modelo surgiram entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, momento que o continente europeu presenciou diversas transformações econômicas e sociais que mudaram as relações trabalhistas e marcaram o rompimento com o estilo de produção até então vigente. Essas transformações estavam atreladas ao sentimento de progresso que se disseminava por toda a Europa, em virtude da I Revolução Industrial na Inglaterra, das ideias liberais na França e do desenvolvimento da matemática, da física e da astronomia em todo o continente (FRANÇA FILHO, 2002).

As noções de economia social e economia solidária são herdeiras de uma tradição histórica comum fundamental. Esta relaciona-se com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 11)

A principal mudança que a I Revolução Industrial causou, e que possibilitou a ocorrência das demais mudanças, foi a criação da máquina à vapor que foi capaz de mudar o paradigma energético da época e, desta forma, possibilitar a criação das primeiras indústrias. Essa, aparente, simples inovação representou uma ruptura econômica para a época e a possibilidade de produção em escalas maiores, promovendo uma revolução comercial (HOBSBAWM, 1962).

Antes da criação da máquina à vapor, toda a produção de uma mercadoria era realizada artesanalmente, e o trabalhador, com seu conhecimento adquirido ao longo de sua vida, era o responsável pela produção. Entretanto, a introdução da máquina à vapor retira a responsabilidade da produção dos trabalhadores e coloca a máquina no papel principal de todo esse processo. Logo, se durante o feudalismo o trabalhador necessitava de suas habilidades e conhecimentos para produzir determinado produto, após a Revolução Industrial, qualquer trabalhador começou a poder colocar a máquina para funcionar, ou seja, aos poucos o trabalho foi perdendo o status de singularidade.

Enquanto na Antiguidade ou na Idade Média o artesão conhecia o processo de produção inteiro, realizando-o todas as etapas, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo um salário em troca da atividade mecânica realizada, o operário alienava o seu trabalho aos capitalistas, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado (VICENTINO, 2013, p. 150).

A criação da máquina à vapor resultou em inúmeras possibilidades para os senhores feudais, fazendo com que quase a totalidade deles pedissem suas terras de volta, obrigando, assim, os camponeses migrarem para as cidades para se transformarem em proletariado. Esse movimento foi generalizado e promoveu um êxodo rural, que produziu um excesso de oferta de mão de obra nas indústrias, que resultou em salários extremamente baixos e condições de trabalho sub-humanas (SINGER, 2002).

As condições de trabalho nesse período eram precárias com longas jornadas de trabalho, que chegavam a 16 horas por dia, trabalho infantil e sem nenhuma forma de proteção ou segurança ao trabalhador, o que acarretava em acidentes e problemas de saúde, que deixava o trabalhador incapacitado de trabalhar e sem salário até a sua pronta recuperação. Para Singer (2002, p. 24), “as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar”.

Diante dessa precariedade no mercado de trabalho e das dificuldades socioeconômicas, os trabalhadores começaram a se organizar em modelos de autogestão para buscarem melhores condições de trabalho, salários mais justos e melhores oportunidades financeiras. Portanto, é justamente nesse ambiente que nasce a ESS.

As primeiras experiências de ESS surgiram no século XIX em resposta a essa exploração da mão de obra nas cidades. Robert Owen, empresário inglês do ramo têxtil, era crítico do modelo de produção e trabalho vigente. Segundo Owen (2002, p. 128), o capitalismo gera desordem, confusão, miséria e pobreza, além de afastar a união e a cooperação entre os homens, criando um “desejo insaciável de acumular o que chamamos riquezas, persuadido de que esta palavra é sinônimo de felicidade”.

Nesse sentido, Owen defendia a necessidade de substituir o sistema capitalista por um sistema alternativo, dessa forma, em suas fábricas, optou por criar jornadas de trabalho mais

curtas, conceder salários mais justos e proibir o trabalho infantil, além de construindo escolas para os filhos dos operários. O resultado desse tratamento mais generoso de Owen foi uma maior produtividade do trabalho, mesmo com uma jornada menor e uma folha de pagamento maior. Sobre esse fato, Singer (2002, p. 25) afirma que:

Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício.

Com o intuito de expandir sua forma de pensar, Owen defendia que o Estado deveria criar “Aldeias Cooperativas” para se estabelecerem como núcleos ou associações de pessoas contendo entre 500 e 2.000 pessoas. Sobre essas “Aldeias Cooperativas”, Singer (2002, p. 25) afirma que:

Em cada uma viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados

Além das “Aldeias”, Owen também defendia a criação de um papel-moeda-trabalho, ou seja, uma moeda de troca, cuja unidade é a hora de trabalho despendido. Entretanto, nessa época seu pensamento já estava sofrendo ataques e enfraquecendo, uma vez que ele era crítico de todas as formas de religiões, logo a ideia de criação do papel-moeda-trabalho também enfraqueceu.

Com a repressão por parte do Estado e da burguesia industrial instalada nele, as ideias e os seguidores de Owen foram enfraquecidos. Mas, o importante é que o owenismo foi a primeira afirmação positiva e real da necessidade de substituir o sistema capitalista por um sistema alternativo. (SANTOS, 2018, p. 11)

Apesar de Owen ser um dos primeiros defensores do que, posteriormente, seria chamado de ESS, a primeira experiência formal de ESS surgiu no século XIX na cidade de Rochdale na Inglaterra, quando um grupo de 28 tecelões se uniram para criar um armazém comunitário e, dessa forma, fugir das péssimas condições de trabalho que enfrentavam. Segundo Benato (1994, p. 26), “os tecelões de Rochdale trabalhavam 17 a 18 horas por dia, moravam em casas sem o mínimo conforto, pagavam muito caro pelo que comiam e vestiam e, por isso, eram muito pobres”.

Essa precarização que os tecelões de Rochdale enfrentavam fez com que, em 21 de dezembro de 1844, esses trabalhadores se unissem para criar o armazém comunitário, por meio de uma sociedade de cooperação, que se tornou a primeira experiência formal de ESS no mundo.

Os “Pioneiros de Rochdale”, como são conhecidos na literatura, se tornaram símbolos do movimento e inspiração para novos trabalhadores que se encontravam na mesma situação. Eles criaram um estatuto para formalizar e organizar o armazém, no qual apresentavam sete princípios, chamados por eles de “regra de ouro”, são eles (MEINEN & PORT, 2012, p. 32):

1. Adesão livre;
2. Controle democrático: “um homem, um voto”;
3. Devolução do excedente ou retorno sobre as compras;
4. Juros limitados ao capital;
5. Neutralidade política, religiosa e racial;
6. Vendas a dinheiro e à vista;
7. Fomento do ensino em todos os graus.

Após a I Revolução Industrial, com o passar das décadas e a intensificação dos retrocessos sociais, a ESS foi ganhando seu espaço nas discussões políticas e acadêmicas, se desenvolvendo e aperfeiçoando. Os problemas de produção e distribuição de recursos que o modelo capitalista apresenta, acabam acarretando desemprego, pobreza e má qualidade de vida, o que fez com que aos poucos a ESS fosse se tornando uma alternativa viável e de resposta a esses problemas.

Segundo Morais (2013), a ESS se tornou uma alternativa de produção dentro do capitalismo que visa alterar problemas sociais, tendo como base a justiça social. Já para Gaiger (2021, p. 159) a ESS é capaz de subordinar suas práticas econômicas em função de

comunidades e associações de pessoas com relações sociais vinculantes, o que é totalmente antagônico à lógica da economia de mercado, por isso alcançou êxito no debate social.

Mance (2007) vai mais além e afirma que a ESS causou uma revolução global que mobiliza atualmente milhões de pessoas ao redor do mundo, integrando-as em redes colaborativas dos mais diversos campos como, por exemplo na cultura, na política e na economia. Para o autor, essa revolução não é liderada por partidos políticos e nem possui bases militares, pelo contrário, a sua estratégia é anti-beligerante.

Uma revolução está em curso porque, coletivamente, de baixo para cima, democraticamente, construindo consensos e respeitando dissensos argumentados, esses milhares de movimentos e organizações, esses milhões de pessoas começaram a tecer redes solidárias, colaborativas, construindo canais e conexões que têm o potencial de interligar o local e o global, a diversidade na unidade, fortalecendo lutas específicas e globais, reafirmando que quanto mais unidos e diversos, quanto mais se entre-apoiarem pela justeza de suas causas, mais fortalecidos todos serão e melhores chances terão de alcançarem seus objetivos.” (MANCE, 2007, p. 2)

Para Mance (2002, p. 1), essas redes colaborativas, que são formadas no seio da ESS, criam “laços que potencializam a sinergia coletiva”, causando uma transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. Para o autor, estamos caminhando na construção de uma “globalização solidária”.

Nessa lógica, a disseminação da ESS foi rápida e atingiu diversos países, em virtude de ser um modelo alternativo de respostas a problemas sociais. Entretanto, tal expansão criou uma pluralidade dentro da área que acabou gerando um problema de delimitação das fronteiras do próprio conceito, transformando a ESS em um campo econômico de heterogeneidade conceitual.

Segundo Morais (2013, p. 46), a ESS “trata-se, portanto, de um setor em que, até o momento, não existe delimitação de suas fronteiras, ou seja, onde as entidades que o contemplam não estão definidas de forma consensual”. Nesse sentido, várias terminologias acabaram sendo criadas e anexadas à ESS como, por exemplo, terceiro setor, setor não lucrativo, setor filantrópico, organizações não governamentais, setor isento de impostos, entre outros. Para França Filho (2002, p. 9), essas diversas terminologias possuem um mesmo ideal

intrínseco, no qual elas fazem “referência a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado”. Dessa forma, no geral, todas se referem a um modelo de instituição justa, solidária e inclusiva, no qual o foco está nas pessoas e não no capital.

Essa pluralidade também causa dificuldades para classificar quais entidades compõem a ESS. Diante disso, visando trazer mais clareza e delimitação, no ano de 1990, o Conselho Valão de Economia Social Mercantil da Bélgica definiu as quatro principais características das entidades pertencentes a ESS, são elas.

1. o objetivo deve ser o serviço prestado e não o lucro;
2. possuir gestão democrática;
3. distribuir os lucros e excedentes de acordo com critérios que prevalecem sobre as pessoas e o fator trabalho, e não sobre o capital;
4. autonomia da gestão em relação ao setor público e ao setor privado

Outro problema que a ESS enfrentou em virtude da rápida disseminação foi a informalidade. Segundo Gaiger (2009, p. 89), várias iniciativas de Economia Solidária, principalmente na América-Latina, prosperam sem deixarem de ser informais. Essa informalidade causa limitações e acarreta situações de “enorme instabilidade material, de sociabilidades cambiantes nas quais os indivíduos, premidos pelas circunstâncias vêem-se em regime de solidariedade forçada, sem conseguirem transformá-la em valor”

A informalidade foi reinterpretada como parte da Economia Popular, na qual já se reconhecia uma lógica endógena e certa capacidade organizativa. Surgiram olhares muito mais favoráveis à economia dos pobres, vista nesta ótica como um prolongamento das solidariedades ordinárias, um canteiro de experiências e de formação de novos atores. Uma visão claramente otimista contrabalançou o descrédito das teorias precedentes sobre o informal. (GAIGER, 2009, p. 89)

Mesmo em meio às dificuldades, a ESS conseguiu expandir suas fronteiras e em cada região foi surgindo tipos distintos de entidades e organizações. Diante disso, é possível elencar aquelas que tiveram êxito e alcançaram bons resultados, entretanto, vale ressaltar, que esses são somente os mais conhecidos, ou seja, existem outras formas menores e menos expressivas de organizações que também podem ser classificadas como ESS, uma vez que

seguem o mesmo princípio da busca pela resolução de problemas sociais coletivos, com base na justiça social. O Quadro 1 apresenta essas principais entidades ligadas a ESS.

Quadro 1 - Organizações de ESS

SETOR INSTITUCIONAL		ORGANIZAÇÕES
PRODUTORES MERCANTIS	Sociedades não financeiras	<ul style="list-style-type: none"> * Cooperativas (de trabalhadores, agroalimentares, consumidores, ensino, transportes, habitação, cuidados de saúde, sociais, etc.); * Empresas sociais; * Outras empresas baseadas em associações; * Outros produtores mercantis privados; * Instituições sem fins lucrativos ao serviço de organizações não financeiras da ESS.
	Sociedades financeiras	<ul style="list-style-type: none"> * Bancos Comunitários de Desenvolvimento; * Cooperativas de crédito; * Cooperativas de seguros; * Companhias seguradoras mutualistas; * Outras instituições ligadas às Finanças Sociais.
PRODUTORES NÃO MERCANTIS	Instituições ao serviço das famílias	<ul style="list-style-type: none"> * Sociedades mutualistas; * Fundações; * Institutos de apoio; * ONG's de apoio as famílias; * Instituições sem fins lucrativos ao serviço de famílias de dimensão limitada;

Fonte: Comité Económico e Social Europeu (2017). Elaboração Própria.

Todas essas instituições possuem um mesmo objetivo, que é promover o desenvolvimento e satisfazer as necessidades sociais dos indivíduos menos favorecidos, se baseando em conceitos como justiça social, liberdade, equidade, solidariedade e democracia. Em suma, apesar da grande heterogeneidade apresentada pela ESS, é possível resumir em um conjunto de organizações criadas para resolver problemas sociais coletivos, com base na justiça social (MORAIS, 2013).

Mais recentemente, após a expansão apresentada no século XX, no atual século XXI a ESS deu passos ainda mais importantes ao se institucionalizar em importantes países do mundo, uma vez que passou a compor o corpo jurídico de alguns países europeus através de leis. São alguns exemplos dessa institucionalização as seguintes leis: Espanha (Lei 3/2011), Portugal (Lei 30/2013), França (Lei 856/2014) e Romênia (Lei 219/2015). Esse fato é de suma importância para as instituições ligadas à ESS, uma vez que regulamenta e delimita o conceito, definindo as principais características e tipos de instituições de cada país (ÁVILA & CAMPOS, 2018).

Nesse processo de institucionalização da ESS, vale destacar também a importante atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, desde sua fundação em 1919, buscou fomentar a expansão desse modelo com a criação de importantes documentos e ferramentas como, por exemplo, o Serviço Técnico Cooperativo (1920), a Recomendação sobre o Desemprego (1921), a Recomendação nº 127 (1966), o Programa de Finanças Sociais (2003), a Declaração de 2008 (2008), entre outros (MORAIS, 2021).

Em suma, hoje, após 179 anos da formalização da primeira instituição ligada a ESS na cidade de Rochdale, é possível concluir que a ESS alcançou espaço na sociedade e no próprio sistema capitalista, se tornando uma alternativa viável, justa e inclusiva dentro desse sistema tão competitivo e, por vezes, injusto. Um exemplo claro desse espaço alcançado pela ESS é o *Mondragón Cooperative Corporation*, ou MCC, localizado no País Vasco, ao norte da Espanha. O MCC é hoje a maior cooperativa do mundo, reunindo em um conglomerado 120 cooperativas, das quais 87 industriais, 1 de crédito (*Caja Laboral*), 1 de consumo, 4 agrícolas, 13 cooperativas de pesquisa, 6 de serviços em consultoria e 8 cooperativas de educação. O espaço conquistado pela MCC dá a ela hoje a posição de sétimo maior grupo empresarial privado da Espanha.

Entretanto, França Filho (2002, p. 18) afirma que é preciso levar em consideração que o espaço que a ESS conquistou dentro do sistema capitalista não é nem mercantil nem estatal, mas é um componente do espaço público, logo, para o autor, isso sugere uma ideia inovadora: “as atividades econômicas devem ser pensadas também como um problema da sociedade, como um problema de espaço público”.

No Quadro 1, foi possível observar que um dos setores institucionais ligados a ESS são as sociedades financeiras. Essas organizações estão relacionadas ao setor financeiro e buscam levar os princípios da ESS para dentro desse setor, apresentando soluções e produtos mais acessíveis visando diminuir os efeitos da exclusão financeira, fenômeno comum nos

bancos tradicionais. Essas organizações e soluções criadas por elas são conhecidas como Finanças Sociais.

Diante disso, a próxima seção busca analisar a definição, as características, o processo histórico e as principais formas desse estilo de ESS, as Finanças Sociais, visando alcançar o estado da arte desse conceito que também vem se difundindo nos últimos anos e se tornando uma alternativa financeira dentro do sistema capitalista.

2.2. Finanças Sociais: definição, características e importância socioeconômica

As FS, assim como a ESS, estão inseridas no mesmo ambiente paradoxal, no qual de um lado existem crescentes avanços materiais, provocados pela IV Revolução Industrial, mas que do outro lado existem concomitantes retrocessos sociais, como as crescentes concentração de renda, pobreza, desigualdade e desemprego, ou seja, o sistema capitalista prova não ser capaz de transformar grandes avanços materiais em resolução de problemas sociais, que eram para ser considerados simples de serem resolvidos, quando comparados com os problemas decorrentes de projetos tão complexos, como por exemplo os da robótica e da inteligência artificial. (MORAIS, 2019; RORATO, 2020).

Quando se olha para o interior do sistema financeiro, esse paradoxo se faz presente quando verificamos as diversas possibilidades e soluções financeiras que as instituições disponibilizam no mercado, mas que, concomitantemente, existem inúmeras pessoas que são excluídas e ficam à margem do mercado financeiro, não tendo a possibilidade de ter acesso à essas soluções.

É justamente em virtude dessa demanda reprimida que surgem as entidades das FS, que por definição, é um modelo cujo objetivo é a democratização do sistema financeiro, com a finalidade de promover a inclusão dos grupos excluídos, por meio da adequação dos produtos às necessidades básicas dessa população financeiramente marginalizada (GASPARINI & PROSPERO, 2019; COELHO, 2003).

Segundo dados da Global Findex, em 2018, mais de 30% da população brasileira estava totalmente excluída do sistema financeiro, não possuindo nem mesmo uma conta corrente, e mais de 60% não conseguiam acessar as linhas de crédito tradicionais.

Conceitualmente, a exclusão financeira é toda barreira de acesso aos serviços financeiros básicos como, por exemplo, conta corrente, cartões de crédito, consórcios, empréstimos, financiamentos, entre outros. Esse é um tema complexo e que merece atenção,

uma vez que o acesso limitado ao sistema financeiro prejudica o fluxo de renda, os estoques de riqueza e a alavancagem via crédito, tanto das famílias excluídas, como das pequenas empresas (GASPARINI & PROSPERO, 2019; LEYSHON & THRIFT, 1996; SINGER *et al.*, 2009).

No seu sentido mais geral, o conceito de exclusão financeira se refere a um processo que limita ou impede o acesso de indivíduos ou grupos a produtos e serviços financeiros, o que envolve não apenas o acesso em si ao sistema financeiro formal, mas também as condições nas quais tal sistema é utilizado pelos diferentes membros da sociedade (PIRES-ALVES *et al.*, 2020, p. 12).

As causas dessa exclusão possuem origens que podem estar ligadas à natureza econômica, social, cultural, demográfica, regulatória, tecnológica, entre outras. Entretanto, a natureza econômica é a que, normalmente, pesa para a inclusão financeira, pois as instituições acabam por exigir níveis de renda elevados para liberar o acesso a seus produtos, como empréstimos, financiamentos, cartões de crédito, consórcios, etc., portanto a população menos favorecida fica marginalizada pelo sistema (LEYSHON & THRIFT, 1996; PIRES-ALVES *et al.*, 2020).

Sob a ótica do sistema bancário, quando essas instituições analisam o cadastro de um cliente, seja para a simples abertura de uma conta corrente, ou para a aprovação de um crédito ou financiamento, elas utilizam como base o conceito de risco. No mercado financeiro, esse conceito é a medida da incerteza de não se obter o retorno esperado em uma operação, logo se a instituição avaliar que o risco potencial é maior que o retorno potencial que esse cliente traz, ela irá recusá-lo sem hesitar. O principal risco que elas levam em consideração é o risco de crédito, que está associado ao não pagamento por parte do devedor.

Outro risco comum nas análises de crédito é o risco de concentração. Segundo Garcia (2020, p. 1) o risco da concentração de crédito é a “existência de exposições grandes o suficiente para gerar perdas substanciais para a instituição, que possam ameaçar sua capacidade de manter suas operações normais ou alterar seu perfil de risco atual”. Esse é um dos riscos que mais assombra as instituições financeiras e, normalmente, está relacionado a um volume alto de operações para pessoas físicas, logo o crivo é mais rígido, exigindo garantias reais e capacidade comprovada de pagamento.

Esse modelo de análise, muito utilizado por parte do sistema financeiro tradicional, é criticado pelas FS, uma vez que para elas a análise deve ser baseada no conceito de *Triple Bottom Line*, ou tripla contabilidade, no qual a mensuração dos resultados não deve levar em consideração apenas o desempenho financeiro, mas também de seus impactos socioeconômicos e ambientais, uma vez que quando uma instituição vai analisar o cadastro de um cliente deve levar em consideração esses três aspectos e não apenas o financeiro (DE OLIVEIRA & PINHEIRO, 2018).

Esse cenário excludente, com diversas pessoas às margens do sistema financeiro, abre brechas para aproveitadores tirarem vantagem dessa população que já possui poucas oportunidades. Agiotas, financeiras que cobram juros abusivos, empresas que oferecem sorteios de prêmios na forma de mercadorias e jogo do bicho, são alguns dos exemplos dos resultados da exclusão financeira. Dessa forma, essas pessoas acabando sendo vítimas da *poverty trap*, ou armadilha da pobreza, que consiste em um ciclo vicioso que faz com que essas pessoas, justamente por estarem desligadas do mercado financeiro, tenham suas finanças deterioradas cada vez mais ao longo do tempo (SINGER *et al.*, 2009; GASPARINI & PROSPERO, 2019).

Apesar de importante, a mensuração dessa exclusão é um problema recorrente na literatura econômica, uma vez que, normalmente, se confunde esse conceito com o processo de “bancarização”, que consiste em simplesmente trazer a pessoa para dentro do sistema financeiro, por meio da abertura de uma conta, seja ela corrente, poupança ou uma simples conta social para o recebimento de um benefício. Para Pires-Alves (2020, p. 12), apesar de ser considerada uma porta de entrada para o sistema financeiro “um elevado grau de bancarização não implica necessariamente um grau de exclusão financeira baixo ou aceitável”, pois a pessoa pode estar dentro do sistema e mesmo assim estar excluída dos produtos oferecidos pelas instituições.

Apesar da dificuldade para se mensurar, a discussão sobre a diminuição dessa exclusão financeira vem ganhando destaque nos últimos anos, estando inclusive presente em um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo N° 8 é a busca por *Emprego Decente e Crescimento Econômico* e seu objetivo 8.10 é: *Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.*

No médio/longo prazo a diminuição dessa exclusão financeira possibilita a redução de desigualdades, o aumento do bem-estar social dos indivíduos e induz o crescimento econômico, justamente por aumentar o fluxo de renda e os estoques de riqueza, conforme mencionado acima. Por esse motivo, o BCB, em sua revisão de planejamento em 2010, incluiu como objetivo estratégico a promoção da inclusão financeira (BCB, 2018; PIRES-ALVES *et al*, 2020).

Apesar do debate sobre a exclusão financeira ter ganhado destaque no meio político e acadêmico nos últimos anos, o Brasil ainda está longe de ser considerado um país promotor de inclusão financeira. As atuais políticas públicas e até mesmo a chegada das *fintechs* contribuem para o processo de bancarização, entretanto ainda se mostram ineficientes para incluir a população que está à margem do sistema financeiro.

É nesse cenário de exclusão financeira que as instituições ligadas às FS vêm ganhando destaque nas últimas décadas, uma vez que buscam atender as demandas financeiras que o sistema tradicional é incapaz de atender. Logo, por definição, as Finanças Sociais são instituições ou forma de organização que buscam romper essa lógica de exclusão financeira por meio da criação de Negócios de Impacto ou ações que utilizam mecanismos financeiros com o compromisso de gerar impacto social com sustentabilidade financeira, ou seja, é um modelo que busca criar soluções financeiras com foco na justiça social e na inclusão, e não na busca por lucros (FTFS, 2021).

As FS, diferente das finanças tradicionais, não estão preocupadas apenas com a viabilidade econômica de um produto ou um projeto a financiar, mas levam em consideração seu potencial impacto socioeconômico na região onde está sendo desenvolvido tal trabalho. Portanto, as soluções surgem de baixo para cima, tendo o diálogo com os beneficiários como base dessa relação, ou seja, primeiro se identifica as reais necessidades financeiras dos grupos marginalizados para, posteriormente, criar soluções personalizadas, mais alinhadas com a realidade (GASPARINI & PROSPERO, 2019).

Diante disso, as instituições ligadas às FS não visam ao lucro como o objetivo-fim de suas atividades, mas sim o impacto socioeconômico que elas são capazes de gerar. Apesar disso, as “sobras” são componente importante para a sustentabilidade e o crescimento das entidades. Essa é a principal característica que difere as FS das finanças tradicionais, pois as tradicionais além de possuírem como objetivo-fim o lucro, elas não estão preocupadas com o desenvolvimento socioeconômico.

Nesse aspecto, Yamini & Bhat (2012) apresentam quatro características fundamentais que diferem as FS das finanças tradicionais. A primeira característica, para os autores, consiste no relacionamento mais próximo do cliente, fazendo ele ser ativo na vida da instituição, gerando um sentimento de pertencimento e envolvendo ele no processo de tomada de decisões. Somente dessa forma, essas instituições são capazes de se adequarem para fornecerem soluções que atendam as reais necessidades financeiras de seus clientes.

A segunda característica é o foco do atendimento ser as pessoas que são excluídas do mercado financeiro tradicional, como os idosos, os imigrantes, a população de baixa renda, entre outros. Já a terceira característica é a preocupação com a educação financeira dos clientes, uma vez que a maioria dessas pessoas, em virtude da própria exclusão, não compreendem como funciona o sistema financeiro e seus produtos, logo é função dessas instituições ensinar seus clientes e auxiliá-los na tomada de decisões. Segundo Gasparini & Prospero (2019), a alfabetização financeira é uma via de mão dupla, capaz de beneficiar ambos os lados, seja o cliente que passa a compreender melhor o sistema e suas reais necessidades pessoais, seja a instituição financeira social que passa a conta com um parceiro mais confiável, que, sabendo como gerir melhor seu dinheiro, possui menores riscos de entrar para a lista de inadimplentes.

Financial literacy is an important skill for any consumer, and society as a whole benefits from a high level of financial education. However, financial education experts (Lusardi and Mitchell, 2014) have highlighted the low level of financial literacy also among developed economies, with many people overestimating their knowledge (GASPARINI & PROSPERO, 2019, p. 7).

Por fim, a quarta característica apresentada pelos autores se baseia na abordagem *Triple Bottom Line* (TBL) ou tripla contabilidade, como já foi mencionado acima, no qual consiste na mensuração dos resultados de uma instituição ligada às FS não levar em consideração apenas o desempenho financeiro, mas também de seus impactos socioeconômicos e ambientais. Essa tripla contabilidade, nos últimos anos, também vem chamando a atenção dos setores com fins-lucrativos, entretanto sua aplicação é bem complexa pela dificuldade de se mensurar os impactos socioeconômicos e ambientais, na prática (RORATO, 2020; GASPARINI & PROSPERO, 2019).

Gasparini & Prospero (2019), estudando as quatro características apresentadas por Yamini & Bhat (2012) e visando ampliar o debate, propuseram uma quinta característica fundamental que diferencia as FS das finanças tradicionais. Essa quinta característica é a transparência, que consiste em prover informações simétricas sobre a origem e o destino dos fundos coletados e canalizados por meio das atividades da instituição. Para os autores, essa transparência garante que outros princípios fundamentais das FS sejam respeitados, como, por exemplo, garantir que os recursos não venham de fontes ilegais e não sejam investidos em projetos que não respeitem os mesmos princípios vinculados às FS.

Essas características, que ajudam a propor um modelo que busca a resolução dos problemas financeiros dos grupos excluídos, fizeram o conceito de FS se expandir rapidamente, ganhando espaço na literatura econômica, entre outros fatores, pelo alto índice de exclusão financeira no Brasil.

Nesse aspecto, a próxima sub-seção busca compreender o processo histórico por detrás das FS, por meio de uma análise temporal de suas origens, transformações e desenvolvimento nos últimos anos.

2.2.1. A trajetória histórica das Finanças Sociais

Assim como a ESS, as origens das FS também se remetem ao final do século XVIII e início do século XIX, durante o período da I Revolução Industrial, que ao promover um êxodo rural, criou uma massa de desempregados nas recentes cidades inglesas gerando aumento da exploração do trabalho, com salários baixos, condições de trabalho sub-humanas, altas jornadas que chegavam a 16 horas diárias, além de trabalho infantil. Nesse cenário de precarização do trabalho é que começam a surgir movimentos solidários de resposta que culminam com a criação de importantes movimentos, como a ESS e as FS.

Apesar do surgimento formal das FS terem ocorrido como resposta aos problemas sociais e trabalhistas da I Revolução Industrial, existem experiências pré-revolução que já buscavam tratar as relações financeiras de maneira mais justa e inclusiva. Alguns exemplos de cooperação financeira já eram possíveis serem presenciadas entre os povos babilônios, gregos, romanos e germanos, durante o período feudal. Nessa época, as populações agrícolas europeias se uniam para criar associações de poupança e crédito mútuo com o intuito de beneficiar a população rural de modo geral. Essas primeiras experiências já eram modelos de FS, apesar do conceito ainda não existir na época (BENATO, 1994; BÚRIGO, 2006).

Formalmente, o primeiro exemplo de FS surgiu na Alemanha, no povoado de Weyerbusch, em 1847, três anos após a criação da primeira cooperativa em Rochdale. No ano anterior, em 1846, um inverno rigoroso fez as safras de cereais serem perdidas e a fome atingiu a população mais pobre. Sem recursos financeiros para comer e produzir a nova safra, muitos passaram a recorrer a agiotas para não morrerem de fome, entretanto os juros cobrados por esses eram impagáveis, o que deixava a população rural refém desses emprestadores. Singer (2002, p. 59) descreve a forma como a população pobre sofria com falta de dinheiro durante esse período e a constante necessidade de recorrerem à empréstimos para sobreviverem:

Os pobres precisam, mais do que os remediados, de empréstimos para sobreviver a crises de desemprego, a intempéries meteorológicas, a perdas de colheitas, a derrotas militares do país, a epidemias etc. O que os coloca periodicamente à mercê dos agiotas, que aproveitam o ensejo para transformar uma emergência num laço perpétuo de dependência e exploração, mediante dívidas que nunca se resgatam e sempre se expandem por efeito dos juros não pagos.

É nesse cenário de exploração financeira que Friedrich Wilhelm Raiffeisen, então prefeito de Weyerbusch, na Alemanha, cria em 1847 uma associação para apoiar financeiramente a população rural que sofria com as altas taxas cobradas por agiotas. Anos depois em 1864, Raiffeisen funda a primeira cooperativa rural de crédito do mundo, chamada *Heddesdorfer Darlehnskassenverein* - Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf (SINGER, 2002; BÚRIGO, 2006).

Aos poucos, Raiffeisen foi se tornando um símbolo do cooperativismo de crédito na Alemanha chegando a administrar 33 municípios da região, em virtude da capacidade de desenvolvimento que conseguia proporcionar para as cidades que possuíam uma cooperativa de crédito. Suas cooperativas eram voltadas exclusivamente para a população rural e possuía alguns princípios como, por exemplo, responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, gestão democrática (“*um homem, um voto*”), área de atuação restrita, ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Essas cooperativas criadas por Raiffeisen rapidamente se tornaram referência, ficando conhecidas como cooperativas do tipo Raiffeisen, sendo bastante populares até os dias atuais, na Alemanha (PINHEIRO, 2008).

Na década de 1850, outro político alemão, Hermann Schulze, deu início às cooperativas de crédito na área urbana. Após fundar uma cooperativa de compras para mestres sapateiros, Schulze percebeu que os trabalhadores só conseguiam comprar em atacado e ter benefícios com descontos quando possuíam acesso a crédito. É em virtude dessa constatação que, em 1856, Schulze funda sua primeira cooperativa de crédito na cidade de Delitzsch (SINGER, 2002; PINHEIRO, 2008).

Após a fundação e sucesso da primeira cooperativa urbana, Schulze começou a levar a ideia para outras cidades alemãs e as cooperativas dessa origem passaram a ficar conhecidas como as cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch. Dessa maneira, assim como as cooperativas do tipo Raiffeisen ainda existem atualmente, as cooperativas Schulze-Delitzsch também estão presentes na Alemanha até os dias atuais e são conhecidas como bancos populares (PINHEIRO, 2008).

Nas cooperativas de crédito desse tipo, os artesãos e pequenos comerciantes urbanos, que quisessem, poderiam se associar mediante ao pagamento de uma taxa de entrada, ou seja, a integralização de um capital social. Além disso, os associados precisavam depositar sua poupança na cooperativa para criar capital de giro e, dessa forma, dar condições para a cooperativa emprestar para quem precisava. O lema dessas cooperativas era “todos por um e um por todos”. Nesse aspecto, Singer (2002, p. 62), busca explicar como as cooperativas Schulze-Delitzsch funcionavam na prática:

Todos os empréstimos feitos pela cooperativa destinam-se a financiar investimento produtivo. A garantia dos empréstimos era basicamente o caráter dos membros que os recebiam. Como todos penhoravam juntos seus bens, era de interesse de cada um admitir como sócios pessoas sóbrias, de hábitos regulares e frugais. Pois se parte dos sócios não honrasse seus débitos, os outros sócios tinham que pagar por eles, com seu dinheiro ou propriedades. Cada empréstimo era endossado por dois membros e vencia em três meses.

Fazendo um comparativo, as principais diferenças entre os dois modelos de cooperativas alemãs estão no fato das cooperativas Raiffeisen terem como foco o crédito para a população rural de baixa renda e as Schulze-Delitzsch o foco no crédito para a população urbana, principalmente artesãos e pequenos comerciantes. Além disso, diferente das Raiffeisen, as cooperativas Schulze-Delitzsch exigem a integralização de um capital social

para a associação, entretanto, por outro lado, essa integralização culmina em distribuição das sobras líquidas, proporcionalmente ao capital integralizado (diferente do que ocorre nas Raiffeisen, que não exigem a integralização inicial, mas também não distribuem as sobras líquidas). Além do mais, as Schulze-Delitzsch possuem dirigentes remunerados e a área de atuação é não-restrita. Moody & Fite (1971, p. 11) buscam elencar quais são as principais diferenças filosóficas entre esses dois modelos pioneiros de cooperativismo de crédito:

Enquanto Schulze enfatizava uma filosofia de autoajuda puramente de negócios, as sociedades Raiffeisen enfatizavam a moral e os princípios cristãos do seu fundador. Historiadores recentes do movimento Raiffeisen concluíram, no entanto, que em meados do século XX a liderança profissional tornou-se decisiva nos assuntos do movimento.

Por ser um modelo que busca prover soluções financeiras e atender à população que está à margem do sistema de finanças tradicionais, o sucesso foi certo e a expansão rápida. Já na década de 1860, as cooperativas de crédito alemãs começaram a romper fronteiras, chegando a outras cidades europeias como Itália, França, Holanda, Inglaterra e Áustria. Na Itália, o conceito foi levado por Luigi Luzzatti que, ao fazer uma visita à uma cooperativa alemã em 1864, ficou entusiasmado com o modelo e, em 1866, fundou o primeiro banco cooperativo em Milão, criando outro modelo de cooperativa, as cooperativas do modelo Luzzatti (MEINEN & PORT, 2021).

Para Singer (2022), o principal diferencial das cooperativas do modelo Luzzatti está no fato dos empréstimos terem “responsabilidade limitada”, ou seja, os associados possuem responsabilidade somente sobre o valor de sua cota no capital social, não se responsabilizando com o patrimônio particular. Para o próprio Luigi Luzzatti, os italianos não aceitavam a responsabilidade ilimitada (responsabilidade com o patrimônio particular). Além disso, essas cooperativas cobravam um valor de integralização muito pequeno e seus dirigentes não eram remunerados (se aproximando das Raiffeisen).

Com o passar dos anos, a fama e o sucesso desse novo modelo financeiro só cresciam, fazendo ele se expandir para novos países e continentes. Na América, a primeira associação voltada para crédito e financiamento e ligada às FS surgiu em Quebec, no Canadá, no ano de 1900. Liderado por Alphonse Desjardins, as associações de crédito na América não começaram como desdobramentos de cooperativas de consumo e de produção, como as

europeias, mas de figuras políticas importantes, ligadas à instituições filantrópica, que, percebendo a dificuldade da população de baixa renda acessar crédito no mercado financeiro tradicional, buscaram criar alternativas para essas pessoas, como foi o caso do próprio Desjardins no Canadá e, anos mais tarde, de Edward Filene nos EUA (SINGER, 2002; MEINEN & PORT, 2021).

Dois anos mais tarde, em 1902, a ideologia chegou ao Brasil, trazida pelos imigrantes alemães. Um padre jesuíta suíço, Teodoror Amstad, com o intuito de ajudar financeiramente os colonos alemães, organizou e fundou a primeira cooperativa de crédito brasileira e latino-americana na cidade de Nova Petrópolis/RS, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, que ainda funciona até os dias atuais, sendo chamada hoje de Sicredi Pioneira RS (MEINEN & PORT, 2012).

Um *case* de sucesso que vale a pena destacar foi a fundação da *Caja Laboral Popular* em 1959 na Espanha. A *Caja Laboral* foi criada com o intuito de permitir que os associados das cooperativas da MCC (maior cooperativa do mundo) tivessem acesso à serviços financeiros e à fundos para a constituição de novas cooperativas, como por exemplo a “*Fagor Electrónica*”, a “*Fagor Ederlan*” e a “*Danobat*”. Atualmente, a *Caja Laboral* é a segunda maior cooperativa de crédito da Espanha, tornando-se referência por ser o braço financeiro da MCC, conforme visto na seção anterior.

Apesar das origens das FS estarem relacionadas com a origem do cooperativismo de crédito, esse não é o único modelo expressivo de FS, existem outros que surgiram posteriormente e que atualmente alcança resultados socioeconômicos tão expressivos como os do cooperativismo de crédito. São outros exemplos de FS os bancos comunitários de desenvolvimento, os fundos sociais, os *crowdfunding*, o microcrédito e a moeda social. Nessa perspectiva, a próxima sub-seção busca apresentar as diversas formas de FS, elencando as principais características, formas de atuação e os pontos fortes e fracos de cada uma.

2.2.2. As diferentes formas de finanças sociais

Na subseção anterior foi possível perceber como o conceito de finanças sociais se expandiu rapidamente pelo mundo todo, sendo que em menos de 40 anos, o conceito atravessou oceanos e se expandiu para o mundo todo. Dentre os motivos dessa rápida expansão, o principal está na importância socioeconômica que esse modelo de resposta foi construindo ao longo dos anos, uma vez que antes da criação das instituições ligadas às FS a

população de baixa renda ficava exposta e vulnerável quando necessitava tomar crédito, seja para produzir ou para enfrentar uma crise. A única saída para essas pessoas era tomar dinheiro com agiotas e entrar em contratos caríssimos, por vezes impagáveis, gerando assim um processo de dependência infundável desses emprestadores à juros. Com o nascimento das associações e diferentes formas de FS, essa exposição e vulnerabilidade diminuiu e as pessoas de baixa renda, antes excluída do sistema financeiro tradicional, começaram a ser incluídas e acolhidas por um modelo financeiro mais justo, inclusivo e que preza pela responsabilidade social.

Apesar de importante, essa rápida expansão para o mundo todo trouxe problemas e desafios para as finanças sociais, uma vez que atualmente é difícil definir, caracterizar, delimitar e classificar o que é FS e quais instituições e ferramentas a compõe, pois cada região em que foi nascendo um associação ou forma de FS possuía um problema financeiro à ser resolvido, logo as respostas aos problemas começaram a variar de região para região, ou seja, hoje, após mais de 170 anos da fundação da primeira associação de FS, muitas outras foram criadas das mais diferentes maneiras e funcionamentos possíveis, criando uma heterogeneidade teórico-conceitual, que vai da teoria à *práxis*, e causa constantes embates e conflitos sobre como classificar e delimitar o que é FS.

Para simplificar e alcançar os resultados esperados, o presente trabalho assume que as finanças sociais são um subconjunto da economia social e solidária que visa criar soluções financeiras capazes de causar impacto socioeconômico, ou seja, criar soluções que surgem de baixo para cima com a finalidade de atender a necessidade dos grupos financeiramente marginalizados como, por exemplo, a população de baixa renda, os pequenos produtores rurais, os pequenos comerciantes, entre outros. Logo, FS, para o presente trabalho, será toda e qualquer instituição ou ferramenta capaz de atender a população financeiramente excluída, com o compromisso de gerar impacto social com sustentabilidade financeira. (GASPARINI & PROSPERO, 2019; FTFS, 2021).

Dentre as inúmeras formas de finanças sociais, seis formas se destacam e são as principais e mais conhecidas atualmente, são elas:

- Cooperativas de crédito;
- Fundos sociais;
- Crowdfunding;
- Microcrédito;
- Bancos comunitários de desenvolvimento;

- Moeda social;

Cada ferramenta ou instituição possui suas próprias peculiaridades e características, entretanto, o que fazem elas serem classificadas como FS está no potencial impacto social que elas proporcionam no local que estão inseridas.

A primeira forma, e, também, a mais conhecida, são as Cooperativas de Crédito. Como visto na seção anterior, elas foram as primeiras formas de FS, criadas a partir de 1847 na Alemanha e, assim como todo o movimento cooperativista, o objetivo final desse tipo instituição não é o lucro, mas a qualidade do serviço prestado aos associados, nesse caso o serviço financeiro.

Justamente pelo foco não ser o lucro, as cooperativas de crédito conseguem oferecer taxas de juros mais baixas e acessíveis, quando comparadas aos bancos tradicionais. Além disso, conseguem isentar tarifas e taxas, o que garante uma maior vantagem e acessibilidade para quem é associado. Segundo o BCB, a relação entre clientes e instituição é totalmente diferente nas cooperativas, em virtude de os clientes não serem apenas usuários e usufruírem dos produtos e serviços, mas eles também serem donos, participando da gestão da cooperativa, por meio do voto, e da distribuição de eventuais sobras que a cooperativa venha apresentar.

Por ser um modelo capaz de promover inclusão financeira, em virtude de suas baixas taxas de juros, o cooperativismo de crédito se disseminou rapidamente pelo mundo. Segundo o *World Council of Credit Unions (Woccu)*, atualmente as cooperativas de crédito estão presentes em 118 países, somando mais de 375 milhões de associados. Só no Brasil, segundo a OCB (2020), existem 10,7 milhões de pessoas associadas a uma cooperativa de crédito. Além disso, o Brasil possui 875 cooperativas, divididas em uma rede com 6.043 postos de atendimento, no qual dentre as principais se destacam a Sicoob, a Sicredi, a Unicred, a Ailos e a Cresol, que juntas possuem aproximadamente R\$ 371,8 bilhões em ativos, segundo o Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC, 2020).

Com mais de 118 anos de existência no Brasil, o cooperativismo de crédito é, hoje, regulamentado pela Lei Complementar 130/2009. Composto por dois bancos cooperativos, cinco confederações, sendo duas de crédito, 34 cooperativas centrais, e 875 cooperativas singulares (OCB, 2020, p. 38).

Além disso, a expressividade do volume de operações das cooperativas de crédito só vem aumentando nos últimos anos. Segundo dados do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), em 2019, as cooperativas brasileiras somavam juntas mais de R\$ 156 bilhões em carteira de crédito. Isso comprova que o ramo possui uma enorme capacidade de gerar impacto social, por meio de produtos financeiros mais baratos, além de contribuir para o processo de inclusão financeira do Brasil (OCB, 2020).

A segunda forma de destaque entre as FS são os fundos sociais. Esses fundos visam captar dinheiro de investidores-anjo, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, para investir em projetos de impacto social e ambiental de forma flexível, eficiente e transparente. É uma forma de FS que vem ganhando espaço nos últimos anos, em virtude de ser uma ferramenta que diminui o risco do grande investidor que deseja investir em projetos sociais e, ao mesmo tempo, se torna uma oportunidade de financiamento viável para os projetos sociais incubados.

Pelo lado do investidor, o fundo social é uma excelente ferramenta para investir em projetos sociais com risco bem baixo, uma vez que o fundo consegue diversificar a aplicação do recurso total em inúmeros projetos, o que diminui o risco de o investidor não alcançar o retorno desejado. Por exemplo, se o investidor aplicar seu recurso em um único projeto, o risco desse projeto fracassar e ele não recuperar o montante aplicado é maior do que se ele investir em um fundo que estará diversificado em diversos projetos.

Já pelo lado dos projetos sociais, os fundos sociais são um mecanismo fácil e rápido de acesso a financiamentos com uma taxa de juros justa e acessível. Entretanto, para ser financiado por um fundo a instituição precisa demonstrar solidez e planejamento para o desenvolvimento do projeto. De acordo com a Yunus Negócios Sociais, gestora de um dos maiores fundos sociais do Brasil, existem quatro critérios para um projeto ser financiado pelo fundo gerido por eles: i) *urgência do problema social e potencial de impacto do negócio*; ii) *solidez do plano de negócios, incluindo a sua sustentabilidade financeira*; iii) *o empreendedor ou grupo de empreendedores que estarão à frente do negócio*; e iv) *o potencial de replicabilidade e/ou escalabilidade do negócio*.

A terceira forma de destaque entre as FS são os *Crowdfunding*, ou financiamento coletivo. A origem da palavra vem do inglês, que desmembrado fica *crowd* que significa “multidão” e *funding*, que significa “financiamento”.

O *Crowdfunding* é um fenômeno virtual recente que tem por finalidade o financiamento de forma colaborativa de projetos de impacto social, podendo ser voltados para a cultura, o lazer, problemas sociais, questões pessoais, sustentáveis ou a criação de um produto. No linguajar popular, os *Crowdfunding* seriam uma espécie de “vaquinha virtual” para angariar recursos para projetos sociais (MOLLICK, 2013).

O levantamento desses recursos normalmente é feito por meio de redes sociais como, por exemplo, Twitter, Facebook, LinkedIn e sites especializados em doações. Em outras palavras, o objetivo dos *Crowdfunding* não é levantar dinheiro de um grupo pequeno de grandes investidores-anjo, como os fundos sociais, mas obter pequenas quantidade de dinheiro de um número grande de pessoas, ou seja, várias pessoas viabilizando um projeto que individualmente seria difícil de ser viabilizado (MONTEIRO, 2014)

Deste modo, crowdfunding é uma iniciativa realizada para que pessoas consigam dinheiro para realizar um projeto através da arrecadação de pequenas e médias quantias de várias outras pessoas. Nesse modelo não existem intermediários, os empreendedores conseguem apoio para seus projetos direto das pessoas, por meio da internet (MONTEIRO, 2014, p. 25).

Apesar de ser um instrumento das FS, principalmente em virtude da solidariedade necessária para angariar os fundos, os limites desse instrumentos ainda não estão claro para os estudiosos do assunto, uma vez que o *crowdfunding* pode ser criado para financiar um negócio de impacto social, como também para uma *startup* com foco no lucro. Entretanto, mesmo com essa indefinição, a solidariedade do financiamento coletivo já qualifica os *crowdfunding* como mais uma importante forma das FS.

A quarta forma de destaque entre as FS é o microcrédito, segundo Monzoni (2008, p. 30), a atividade de microcrédito é definida como “aquela que se dedica a conceder crédito de pequeno montante e distingue-se dos demais tipos de empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada”, uma vez que esses empréstimos são destinado à pequenos empresários e empreendedores que, em virtude de não possuírem garantia real, não conseguem acesso à crédito para financiar sua produção ou capital de giro, nas instituições financeiras tradicionais.

O grande idealizador desse estilo de FS foi o indiano Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006. Yunus é conhecido como o “pai do microcrédito” em virtude

de sua atuação no país natal, quando no final da década de 1970, percebendo que a população pobre não conseguia financiar seu trabalho, começou a fazer pequenos empréstimos para essas pessoas marginalizadas. A principal diferença em relação aos bancos, era que Yunus não exigia garantias para essas operações (YUNUS, 2000).

O sucesso foi tão grande que em 1983 com o apoio de alguns fundos internacionais e de bancos estatais indianos, Yunus fundou o *Grameen Bank*, o primeiro banco do mundo com foco exclusivo no microcrédito. No *Grameen Bank*, os empréstimos eram feitos a grupos de pessoas que se responsabilizavam mutuamente pela devolução dos valores emprestados, fazendo com que a taxa de inadimplência se mantivesse baixa (YUNUS, 2000).

Atualmente, de acordo com o site oficial do *Grameen Bank*, o banco possui 9,4 milhões de membros, dos quais 97% são mulheres. Além disso, o banco está dividido em 2.568 agências que prestam serviços para mais de 81 mil vilarejos indianos, cobrindo mais de 93% do total de vilarejos em Bangladesh.

De modo geral, o pioneirismo e sucesso do *Grameen Bank* se disseminou para o mundo todo e transformou o microcrédito em uma das mais importantes ferramentas das FS. Atualmente, segundo o BCB, a carteira brasileira de microcrédito é de aproximadamente R\$5,3 bilhões, entretanto ainda existe espaço para esse modelo alternativo de empréstimo se desenvolver em solo nacional.

A quinta forma de destaque entre as FS são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que de acordo com o BCB, são instituições financeiras de natureza comunitária, que baseadas nos princípios da economia social e solidária, buscam oferecer quatro serviços financeiros para a população de baixa renda em territórios que possuem baixo IDH. Os quatro serviços são: *i) fundo de crédito solidário; ii) moeda social circulante local; iii) feiras de produtores locais; e iv) capacitação em Economia Solidária.*

Normalmente, os bancos comunitários atuam de forma local, atendendo em microrregiões. Esse simples fato ajuda o banco a compreender a real necessidade da comunidade e, dessa forma, conseguem oferecer soluções que vão, realmente, atender as necessidades locais.

[O banco comunitário] assume um destacado papel de promotor do desenvolvimento local, do empoderamento e da organização comunitária ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local (BCB, 2008, p. 1).

Dentre os quatro serviços oferecidos pelos bancos comunitários, um são as Moedas Sociais, que no presente trabalho também é a sexta forma de destaque entre as FS. As moedas sociais são segundo Singer (2009, p. 3) “um instrumento de troca e meio de pagamento criado e operado por associações autogestionárias” que circula juntamente com a moeda oficial em determinada região, com foco na inclusão de grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional. Essa forma de FS ajuda a criar uma relação econômica com bases solidárias (BÚRIGO, 2001).

As moedas sociais vêm ganhando destaque em virtude de inúmeros fatores econômicos e sociais. Búrigo (2001) cita algumas das possibilidades desse crescimento do debate das moedas sociais, são elas: *i) o crescimento de políticas neoliberais, que frequentemente agravam ondas de desemprego e de recessão econômica; ii) a crescente crítica à "sociedade de mercado"; iii) os riscos da globalização dos circuitos financeiros, em virtude das especulações e das incertezas; iv) o aumento da miséria em países periféricos; v) a expansão dos movimentos de resistência ao poder do capitalismo financeiro; e vi) as moedas sociais como exemplos de constituição de redes de economia solidária.*

A moeda social é capaz de anular parte da concentração monetária estabelecida pelas autoridades, aumentar a demanda efetiva, diminuir a exclusão financeira e a pobreza, uma vez que seu valor nominal, por vezes, consegue ser maior que a própria moeda oficial, pois, na prática, as pessoas conseguem descontos e vantagens para utilizar a moeda social na região. (BÚRIGO, 2001).

Em suma, a exclusão financeira é algo presente no mundo todo e junto a esse problema se soma a constante pobreza, o desemprego e o baixo fluxo de renda entre as camadas mais baixas da sociedade. É nesse cenário que as finanças sociais aparecem para amenizar esses problemas e transformar o sistema financeiro em um ecossistema mais justo, solidário e inclusivo. A próxima seção busca aprofundar o estudo das moedas sociais, apresentando, de maneira detalhada, o processo histórico, as características e seus principais diferenciais na busca por uma maior inclusão financeira e impacto social.

3. MOEDAS SOCIAIS: UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO FINANCEIRA

A exclusão financeira, como visto na seção anterior, é um problema existente que o sistema financeiro tradicional já se mostrou incapaz de solucionar sozinho, uma vez que para buscar lucros, a população de baixa renda e os pequenos empresários são vistos por essas instituições como potenciais inadimplentes, pois muitas vezes possuem rendas informais ou ausência de garantias reais, ou seja, um alto risco de crédito. Carvalho e Abramovay (2004), após aprofundarem estudos no assunto concluíram que existe uma situação paradoxal dentro do sistema financeiro, no qual de um lado, apresenta um sistema sólido e regulamentado, que cresce a cada ano no mundo todo, entretanto, de outro lado, apresenta um “baixo aprofundamento financeiro”, isso é, as soluções financeiras não são acessíveis para todas as pessoas que precisam delas (RIGO, 2014).

É nesse cenário paradoxal que as organizações não bancárias ligadas às finanças sociais ganham importância socioeconômica junto à população de baixa renda e aos pequenos comerciantes e microempresários. Segundo Rigo (2014, p. 29), “essas organizações locais teriam a capacidade de se inserirem na teia de relações locais e oferecer produtos e serviços financeiros mais adequados à população de baixa renda”.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são um exemplo das inúmeras formas de finanças sociais que foram sendo criadas ao longo dos últimos anos para fazer frente a essa exclusão financeira. Eles construíram uma grande importância socioeconômica nas regiões onde estão inseridos e passaram a ser destaque nos debates acadêmicos, pois, na maioria das vezes, conseguem diminuir o abismo entre os produtos financeiros e a população financeiramente excluída de forma simples e acessível, por meio de soluções que partem de baixo com foco exclusivo nessa população excluída do mercado financeiro tradicional.

Além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas pelos bancos, seu maior objetivo e compromisso [dos bancos comunitários] são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO & SILVA JR, 2009, p. 31).

Uma das soluções utilizadas pelos BCD que vem ganhando destaque, nos últimos anos, são as moedas sociais, uma vez que esses meios de pagamento alternativos possuem a

capacidade de aumentar o fluxo de renda e os estoques de riqueza nas regiões onde estão inseridas, além de anular parte da concentração monetária, possibilitando o aumento da demanda efetiva. Os BCD são o berço das principais moedas sociais que circulam pelo Brasil atualmente como, por exemplo, a moeda Palma que está ligada ao Banco Palmas e a moeda Mumbuca que está ligada ao Banco Mumbuca e é foco de estudo do presente trabalho.

Nesse sentido, a próxima seção visa apresentar um estudo detalhado sobre os bancos comunitários, com o intuito de compreender a importância socioeconômica dessa forma de finanças sociais, para, posteriormente, compreender o processo histórico e a dinâmica das moedas sociais, que são criadas e geridas por esses bancos. Para isso, será feito um levantamento do processo histórico, características e atuação desses bancos no Brasil e no mundo.

3.1. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD): definição, princípios, características e processo histórico

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são, segundo França Filho & Silva Jr (2009), uma forma de finanças sociais que apoia às economias populares situadas em territórios com baixo IDH e visa ampliar a renda no território onde está inserida, por meio de uma série de ferramentas financeiras, cujo foco está nas pessoas e não no capital, ou seja, antes de pensarem nos lucros ou retornos financeiros, eles pensam na capacidade da solução criada gerar renda e atender as necessidades dos clientes, principalmente aqueles financeiramente marginalizados.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006, p. 7).

Na prática, esses bancos buscam conceder microcrédito para as pessoas financeiramente excluídas pelos bancos tradicionais, normalmente sem garantias reais e aceitando rendas informais, além disso possuem responsabilidade no desenvolvimento social

das áreas onde atuam, promovendo cursos, palestras, oficinas e eventos, visando capacitar a população sobre assuntos financeiros.

As próximas seções aprofundarão o tema, apresentando um estudo do processo histórico dos BCD, suas características, formas de atuação e importância socioeconômica para regiões onde estão inseridas.

3.1.1. Definição, princípios e características dos BCD

Os BCD são, por essência, instituições de resposta à exclusão financeira como já mencionada na seção anterior. Segundo o Banco Central, os BCD são organizações sem fins lucrativos que atuam como instituições bancárias oferecendo serviços financeiros, em pequenas regiões, para a população de baixa renda. O principal objetivo de um banco comunitário é promover o desenvolvimento socioeconômico de uma pequena região de baixa renda, por meio da criação de redes de produção e consumo capazes de aumentar o fluxo da renda e, conseqüentemente, promover desenvolvimento local. Além de apoiar iniciativas de economia social e solidária como, por exemplo, empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços e de apoio a pequenos comerciantes (lojas, mercadinhos, feirantes, restaurantes, entre outros) (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

Atualmente, muitas instituições financeiras tradicionais até buscam fomentar ações e ferramentas para “bancarizar” a população excluída, entretanto o processo de inclusão financeira vai muito além de trazer a população excluída para dentro do sistema, consiste em ofertar produtos e soluções que a população realmente necessita, capacitar para um melhor entendimento e promover o desenvolvimento social e econômico na região (FRANÇA FILHO & SILVA JR, 2009).

Os BCD, diferente dessas outras instituições, tem por ideal mais que “bancarizar” a população excluída, eles realmente buscam criar um ecossistema solidário capaz de promover o desenvolvimento local, atendendo as reais necessidades dessa população. Nesse sentido, Rigo (2014, p, 34) afirma que:

Os BCD, além de ampliarem o universo das microfinanças, recriam um ‘outro universo’ ou campo, fundamentando-se em relações de proximidade, confiança e de solidariedade, no intuito de promoverem

o desenvolvimento local por meio do aproveitamento das capacidades endógenas.

Apesar de ser uma instituição financeira, algumas características cruciais distanciam os BCD dos bancos tradicionais. Nesse sentido, em abril de 2007, no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ocorrido em Caucaia/CE, diversos BCD se uniram com o objetivo de debater ações de fortalecimento e consolidação do modelo. Na ocasião foi criado o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (RBBC, 2007), que é um importante documento que serve como base para fomentar o setor. Nesse documento são apresentados os 7 princípios dos BCD. Esses princípios distanciam os BCD dos bancos tradicionais. São eles: *(i) fundação pela comunidade local, no qual a própria comunidade passa a ser gestora e proprietária da mesma; (ii) atuação em duas linhas de crédito, sendo uma na moeda nacional e outra na moeda social circulante; (iii) Estímulo à criação de uma rede de produção e consumo, visando o desenvolvimento endógeno do território; (IV) apoio aos empreendimentos em suas estratégias de comercialização, como feiras, lojas solidárias, central de comercialização, entre outros; (V) atuação em territórios com altos níveis de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social, visando propor soluções que atenuem esses problemas; (VI) foco na população atendida por programas de assistências governamentais, uma vez que essa já é uma população financeiramente vulnerável; e (VII) a sustentabilidade se baseia em obtenção de subsídios, que são justificados pela utilidade socioeconômica de suas práticas.*

Nesse sentido, visando resumir e simplificar o tema, o Quadro 2 busca sistematizar as principais diferenças entre os bancos tradicionais e os bancos comunitários de desenvolvimento.

Quadro 2 – Diferenças entre bancos tradicionais e BCD

Bancos Tradicionais	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
Administrado por terceiros	Administrado pela comunidade
Não tem vínculo com a comunidade	São a própria comunidade
Visam o lucro	Visam o desenvolvimento local
Soluções surgem de cima para baixo	Soluções surgem de baixo para cima
Preferência por usuários de alta renda	Preferência por usuários de baixa renda
Priorizam grandes centros	Priorizam pequenos centros com forte exclusão

	financeira
Tem propósitos mercantilistas	Tem propósitos socioeconômicos
Atendem em massa	Atendem pequenos comerciantes e a população de baixa renda
O excedente é de poucos donos	O excedente é voltado para fomentar o desenvolvimento local
Praticam taxas abusivas	Praticam taxas acessíveis

Fonte: RBBC (2007). Elaboração Própria.

Pelo Quadro 2 é possível perceber algumas características principais que moldam os diferenciais dos BCD. A primeira característica de destaque é a presença da comunidade na gestão e definição das estratégias de ação do banco. Essa presença atuante da comunidade permite que as soluções surjam de baixo para cima, ou seja, primeiro se entende quais são as reais necessidades da comunidade para, posteriormente, propor algum produto ou solução financeira. Esse fato faz com que as soluções propostas tenham uma maior chance de obter sucesso, uma vez que elas já são criadas para resolver um problema específico de tal região.

França Filho (2007) destaca que esse surgimento de soluções de baixo para cima seria uma premissa fundamental para a obtenção de sucesso, uma vez que por mais pobre que o local possa ser, ele mesmo é capaz de propor soluções endógenas, pelo simples fato de entender seus próprios problemas. Nesse aspecto, o autor afirma: “afinal de contas, qual solução pode ser considerada sustentável se não estiver assentada nas próprias raízes locais?” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 223).

Entretanto, essa forma de atuação que parte de baixo só é possível em virtude da gestão dos BCD estarem nas mãos da própria comunidade, caso contrário isso nunca seria possível. Segundo o Instituto Banco Palmas (2006), os bancos comunitários são geridos por organizações de carácter comunitário (associações, fóruns, conselhos) ou por algum tipo de Organização da Sociedade Civil (OSC) inserida na sociedade como ONGs, igreja, sindicato, entre outros. Entretanto, apesar das diversas formas de organização, a gestão deve estar nas mãos da própria comunidade.

Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica, desse modo, numa dimensão compartilhada, com

forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006, p. 8).

Outra característica que também é possível perceber pelo Quadro 2 é a área de abrangência de um BCD. Normalmente, eles são voltados para atender pequenas regiões de no máximo 50 mil habitantes, uma vez que para atender as necessidades locais é preciso entender os problemas locais, ou seja, quando a área de abrangência é pequena as soluções são mais fáceis de serem personalizadas. Apesar disso, nada impede que se tenha mais de um BCD em funcionamento no mesmo território (PAIVA, 2015).

Essa proximidade e delimitação da área de atuação ajuda a resolver um problema comum nas instituições ligadas às finanças sociais, a pluralidade que causa dificuldade de classificação e delimitação. Dessa maneira, quando o banco comunitário se propõe a atender um pequeno grupo restrito de pessoas, esse problema é minimizado a quase zero e a classificação e delimitação são mais simplificadas.

Nesse sentido, outra característica que auxilia a diminuição da pluralidade é a definição clara do público-alvo que é atendido pelos BCD. Os principais beneficiários desse modelo são prioritariamente pessoas marcadas por uma alta vulnerabilidade social e que, conseqüentemente, são excluídas do mercado financeiro tradicional. Dentre essas pessoas se destacam homens e mulheres de baixa renda, jovens, desempregados, idosos não aposentados, pequenos comerciantes, novos empreendedores, entre outras pessoas com renda informal ou com baixa capacidade de fornecer garantias reais (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

Outra característica marcante que difere os BCD dos bancos tradicionais, são os produtos diferenciados que os primeiros apresentam. Dentre as principais modalidades de produtos e serviços, se destacam 11, segundo o Instituto Banco Palmas (2006):

- Moeda social local;
- Crédito solidário;
- Crédito produtivo;
- Crédito para consumo pessoal (sem juros);
- Cartão de crédito popular solidário;
- Abertura e extrato de conta corrente;
- Depósito em conta corrente;
- Saques em conta corrente;
- Recebimento de títulos;

- Recebimento de convênios (água, luz, telefone etc.);
- Pagamento de benefícios;

Dentre as linhas de crédito mais operadas pelos BCD, duas se destacam: *i) crédito produtivo*, voltado para a criação e crescimento das micro e pequenas empresas (MPE) individuais ou sociedade; e *ii) crédito para consumo*, direcionado para o empréstimo de pequenos montantes sem juros e oferecidos na moeda social local (RIGO, 2014).

Essas duas modalidades de crédito, somado ao fato delas serem ofertadas na moeda social local, é o coração de todo o modelo dos BCD, uma vez que o banco fomenta a oferta e a demanda local, criando um processo de retroalimentação, ou seja, de um lado os pequenos comerciantes são estimulados pelo crédito produtivo, aumentando dessa forma a oferta agregada da região, concomitantemente, por outro lado as famílias são estimuladas pelo crédito para consumo, aumentando dessa forma a demanda agregada local. Por fim, esses dois incentivos, quando realizados na moeda social local, cria a trava necessária para que toda a renda gerada na região não “fuja” para os centros maiores, ou seja, voluntariamente o banco comunitário incentiva as famílias gastarem suas rendas nos comércios local e, o fato dos comerciantes terem de pagar seus empréstimos na moeda local, também incentiva os comerciantes preferirem receber na moeda local (PAIVA, 2015; RIGO, 2014).

Os empréstimos contraídos podem ser pagos com moeda social, o que faz com que os comerciantes estejam dispostos a aceitar as moedas sociais dos seus clientes, o que somente é possível se houver confiança no reembolso por parte do banco comunitário. Desse modo, um atributo marcadamente singular na concepção teórico-metodológica do banco comunitário é a moeda social (PAIVA, 2015, p. 116).

Nesse sentido, Rigo (2014) afirma que, quando os BCD utilizam desse mecanismo de retroalimentação, o intuito deles é “estimular o consumo dentro da comunidade por meio do uso de um circulante local, quanto satisfazer necessidades em caráter de urgência dos solicitantes do crédito”. Além disso, segundo o autor, as taxas de juros dessas linhas variam de 0% a 2,5% ao ano, possibilitando a geração e o aumento do fluxo dessa renda e o crescimento das oportunidades de trabalho em toda a comunidade.

Entretanto, a escassez de qualificação pessoal e profissional dos membros da comunidade cria barreiras para o desenvolvimento desse esforço baseado no crédito produtivo, no crédito para consumo e na moeda social. Logo, para tais políticas serem sustentáveis é preciso que os BCD possuam uma responsabilidade na capacitação da comunidade, ou seja, antes de conceder um empréstimo ou financiamento é preciso ensinar a população o funcionamento da solução e como bem utilizá-la, para que essa solução não se torne uma armadilha de endividamento para as pessoas e as pequenas empresas (JAYO, POZZEBON & DINIZ, 2009).

Outro ponto importante de se destacar é a forma com que os bancos comunitários se mantêm financeiramente. A manutenção de um BCD se dá por meio da captação de recursos públicos e de fundos solidários de investimentos comunitários, além de outras múltiplas formas de financiamento como, por exemplo, doações, campanhas de arrecadação, prestação de serviços não-concorrenciais, cotização de associados, eventos, dentre outras formas. Vale destacar que o fato de os BCD serem caracterizados como “utilidade social”, em virtude da promoção de soluções não-concorrenciais de desenvolvimento social eles conseguem apoio público de maneira simplificada e independente de regras licitatórias (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

De modo geral, os BCD são instituições financeiras sem fins lucrativos, ligados às finanças sociais e que possuem íntima relação com os conceitos de proximidade, confiança, solidariedade e mutualismo. Os bancos comunitários podem ser considerados uma instituição singular, uma vez que faz necessário um processo de inserção social na comunidade para sua fundação e desenvolvimento, logo, essa característica impede outras instituições como, bancos tradicionais e empresas, consigam prestar os serviços que um BCD presta, justamente por não conseguirem realizar esse processo de inserção social plenamente. Em virtude disso, nas últimas décadas, o modelo se expandiu rapidamente alcançando todas as regiões do Brasil.

3.1.2. Surgimento e expansão nacional dos BCD

A trajetória histórica dos bancos comunitários de desenvolvimento se inicia no Brasil em janeiro de 1998 com a criação do Banco Palmas, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), bairro periférico com mais de 30 mil habitantes, localizado na zona sul de Fortaleza/CE.

Conhecida como um dos principais destinos turísticos do Brasil, a capital cearense recebe atualmente mais de dois milhões de turistas por ano, atraídos por suas praias

paradisíacas. A moderna infraestrutura turística, que compreende toda a orla de Fortaleza, começou a ser construída em 1973, quando a prefeitura local iniciou uma política de condução dos moradores de baixa renda para as periferias, distantes das áreas turísticas. Essa política foi executada por uma fundação chamada Fundação para o Serviço Social de Fortaleza. O intuito do Estado era valorizar o solo urbano da orla e aumentar o turismo no local (MOSTAGI *et al*, 2019).

Do ponto de vista turístico, a política foi um sucesso, o metro quadrado da região se valorizou, o turismo cresceu e, atualmente, Fortaleza é referência no turismo praiano nacional. Contudo, do ponto de vista social, a política de “limpeza” da orla em 1973 criou inúmeros problemas socioeconômicos para a região de Fortaleza, uma vez que as recentes favelas não possuíam infraestrutura mínima para a população viver. É nesse cenário que surge o Conjunto Palmeiras, bairro com mais de 1.500 famílias de baixa renda que foram transferidas das áreas turísticas para a periferia.

Em entrevista concedida no ano de 2017, o fundador do Banco Palmas, Joaquim Melo, afirmou: “o Conjunto Palmeiras era uma grande favela até 1997, nós morávamos na beira-mar em 1973, fomos expulsos pela prefeitura para urbanizar Fortaleza, viemos aqui para a região, fomos trazidos para uma região completamente sem infraestrutura urbana”.

Os habitantes foram forçados a abandonar as suas habitações nas favelas centrais e foram transferidos para uma área localizada a 22 km de distância da faixa litorânea. Ao alinhar a cidade de forma mais estreita com o turismo, a política urbana negligenciou os problemas estruturais e sociais que afetaram os moradores realocados (MOSTAGI *et al*, 2019, p. 117).

A política desenvolvida pelo Estado em 1973 conseguiu deixar a faixa litorânea e o centro totalmente voltados aos interesses do turismo, ou seja, hotéis, restaurantes, bares, agências de turismo e comerciantes se beneficiaram e fizeram a capital se desenvolver financeiramente, entretanto, do ponto de vista social, a mesma política se descuidou de não pensar nos inúmeros problemas estruturais e sociais que iriam afetar os moradores deslocados da área turística. A nova área, distante 22 km do centro da capital cearense, ficava longe de empregos, escolas, hospitais e todos os equipamentos urbanos, além de possuir um acesso precário ao transporte urbano, abastecimento de água, saneamento e eletricidade (JAYO, POZZEBON & DINIZ, 2009).

É nesse cenário de precarização que, em 1973, nasce o Conjunto Palmeiras, bairro onde foi fundado o Banco Palmas. Jayo, Pozzebon & Diniz (2009) divide a história do Conjunto Palmeiras em três fases, para melhor compreender esse processo, conforme mostrado no Quadro 3:

Quadro 3 – Fases históricas do Conjunto Palmeiras

	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
FASE 1	1973 a 1981	Período marcado pela chegada dos primeiros habitantes e pelo expressivo crescimento populacional, em um ambiente sem nenhuma infraestrutura.
FASE 2	1981 a 1998	Período marcado pela criação e consolidação da ASMOCONP, que foi responsável por trabalhar por uma série de melhorias em infraestruturas.
FASE 3	A partir de 1998	Período marcado pela fundação e desenvolvimento do Banco Palmas

Fonte: Jayo, Pozzebon & Diniz (2009). Elaboração própria.

Conforme dividido por Jayo, Pozzebon & Diniz (2009), os oito primeiros anos do Conjunto Palmeiras foram marcados pela ausência quase que total de infraestrutura básica. Entretanto, com a criação da ASMOCONP, em 1981, e o apoio de ONGs locais e setores progressistas da Igreja Católica a comunidade conseguiu avanços de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico regional.

Os resultados alcançados pelas ações organizadas da ASMOCONP foram notáveis, mas não imediatos. Somente em 1988 o bairro passou a ter acesso a um abastecimento público de água (...). Enquanto isso, a iluminação externa apareceu nas ruas do bairro e a eletricidade chegou a todas as casas da comunidade, como resultado do lobby da ASMOCONP junto às autoridades. Asfalto e saneamento, no entanto, não chegariam antes da década de 1990, e só foram possíveis graças à ajuda internacional (JAYO, POZZEBON & DINIZ, 2009, p. 121).

O auge das conquistas promovidas pela ação da ASMOCONP foi a criação do primeiro banco comunitário de desenvolvimento do Brasil, em 1998, o Banco Palmas. Quando o banco foi criado, o objetivo da população da periferia era democratizar o acesso aos

serviços financeiros, com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico da periferia, além de implementar ações de desenvolvimento local que visavam melhores condições de produção, comercialização e consumo da população, aumentando dessa forma o fluxo de renda (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006; MOSTAGI *et al*, 2019).

O ideal do Banco Palmas era ser mais que uma instituição financeira solidária, era dar bases para a criação de uma rede de solidariedade capaz de integrar comerciantes locais e famílias, de modo que quase a totalidade da riqueza produzida pela população do conjunto palmeiras permanecesse na comunidade. Para que isso fosse possível, a primeira solução criada pelo banco foi a moeda social, chamada de Palmares (atualmente Palmas), com o intuito de os pequenos comerciantes do conjunto receberem na moeda local e as famílias gastarem suas rendas em Palmares. Logo, dessa forma, a renda recebida pelas famílias continuava no bairro, gerando desenvolvimento local no médio/longo prazo.

Arelado à moeda social, o Banco Palmas desenvolveu uma metodologia própria baseada no microcrédito, ou seja, o banco começou a conceder pequenos empréstimos, na moeda local, para os comerciantes locais e para as famílias com taxas de juros bem mais baixas que as do mercado (em algumas ocasiões até mesmo sem taxa de juros).

A moeda social, somada à metodologia do microcrédito, fez o banco crescer em expressão na região, chegando a atender mais 15 mil famílias por mês já nos primeiros anos da década de 2000. Esse crescimento do banco e da aceitação rápida aos serviços oferecidos, fizeram o fluxo de renda aumentar exponencialmente na região, melhorando, dessa maneira, a condição socioeconômica da população.

O sucesso do Banco Palmas, no que tange a geração de renda e a diminuição da exclusão financeira, fizeram outros municípios e gestores públicos procurarem o banco para tentarem replicar a ideia. Diante desses apelos, em 2003, foi criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com a finalidade de criar parcerias com diversas instituições brasileiras para expandir as ferramentas e tecnologias das finanças sociais (FRANÇA FILHO & SILVA JR, 2009).

No ano seguinte, em 2004, com o apoio do Instituto Palmas surge o segundo BCD brasileiro na cidade de Paracuru/CE, chamado de Banco PAR. Já em 2005 a ideia rompe fronteiras estaduais e chega em Vitória/ES com a criação do Banco Bem e em Vila Velha/ES com a criação do Banco Terra. Além desses, no mesmo ano, são fundados outros dois BCD no estado do Ceará, o Banco Serrano, em Palmácia/CE, e o Banco Solidário de Santana do Acaraú (BASSA), em Santana do Acaraú/CE (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

Essa rápida expansão fez a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)² criar uma parceria com o Instituto Palmas para fomentar a expansão nacional da metodologia de BCD. Essa parceria culminou com a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (RBBC), que até os dias atuais articula todos os BCD brasileiros.

É importante destacar que todos os BCD que integram a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento recebem uma espécie de ‘selo de certificação’ que oficializa sua entrada para a Rede e unifica todos os BCD. Essa unidade se dá na pluralidade. Por um lado, existem regras, procedimentos éticos, estruturas mínimas, que precisam ser seguidas por todos os BCD. Por outro lado, cada BCD é livre para organizar-se localmente (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006, p. 53).

Com a criação da RBBC e o apoio da SENAES, a expansão da metodologia se fortaleceu ainda mais no Brasil. Nesse sentido, para contribuir, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito, Paul Singer foi escolhido o secretário brasileiro para a agenda associada à ONU naquele ano. No mesmo ano, no Brasil, o governo federal criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), por meio da Lei nº 11.110/2005, fortalecendo ainda mais o protagonismo da temática no país (SILVA & PEREIRA, 2023; PUPO, 2021).

Visando aumentar o número de BCD no Brasil, entre 2010 e 2013 a SENAES lançou dois editais com o objetivo de fomentar a criação de novos bancos e dar suporte aos já existentes. Com esses editais, entre 2010 e 2013, foram inaugurados mais 69 BCD no território brasileiro (SILVA & PEREIRA, 2023; PUPO, 2021).

É nesse cenário e dentro do segundo edital, que em 2013 é fundado o Banco Comunitário Popular de Maricá, Banco Mumbuca, com o objetivo de gerir os recursos da recém criada moeda social Mumbuca e ser o braço operacional da Prefeitura de Maricá na gestão do programa municipal Renda Básica de Cidadania. O Banco Mumbuca, apesar de ser um dos mais novos entre os BCD do Brasil, vem se destacando por ter conseguido ampliar a

² A SENAES foi criado em 2003 vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como secretário Paul Singer. Essa secretaria buscou fomentar a geração de trabalho e renda na tentativa de diminuir as desigualdades sociais do país. Apesar de sua importância, recentemente a MP 870 de 2019 extinguiu a SENAES, deixando o tema a cargo da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana.

escala de circulação da moeda social Mumbuca, se tornando um novo modelo difusor dessas experiências. Além disso, foi o primeiro banco brasileiro a implementar a moeda social digital. Por esses motivos, o Banco Mumbuca é foco do presente trabalho e será estudado detalhadamente no estudo de caso da próxima seção.

Atualmente, passado mais de uma década da criação da RBBC, a Rede é formada por 148 Bancos Comunitários, distribuídos por todos os estados brasileiros. O Quadro 4 apresenta a quantidade de BCD por regiões do Brasil e quais são os principais bancos de cada região.

Quadro 4 - Quantidade de BCD, Brasil 2023

REGIÃO	QUANTIDADE	PRINCIPAIS BANCOS
Nordeste	65	Palmas; Par; Prata; Gostoso; Dunas; Bansol; Bancart; Amizade; Cocais; Muçubank; entre outros.
Norte	32	Colonial; Ariramba; Paraíso; Farol; Miri; Castanheira; Rio Canaticú; Cajueiro; Tupinambá, entre outros.
Centro-Oeste	11	Estrutural; Itapoã; Planaltina; Pequi; Ita; Pirê; Pantanal; Cerrado; Raiz; e Mar.
Sudeste	35	Mumbuca; Bem; Terra; Passarela; Viver; Verde Vida; Esperança; Paulo Freire; Pérola; entre outros.
Sul	5	Cascata e Justa Troca

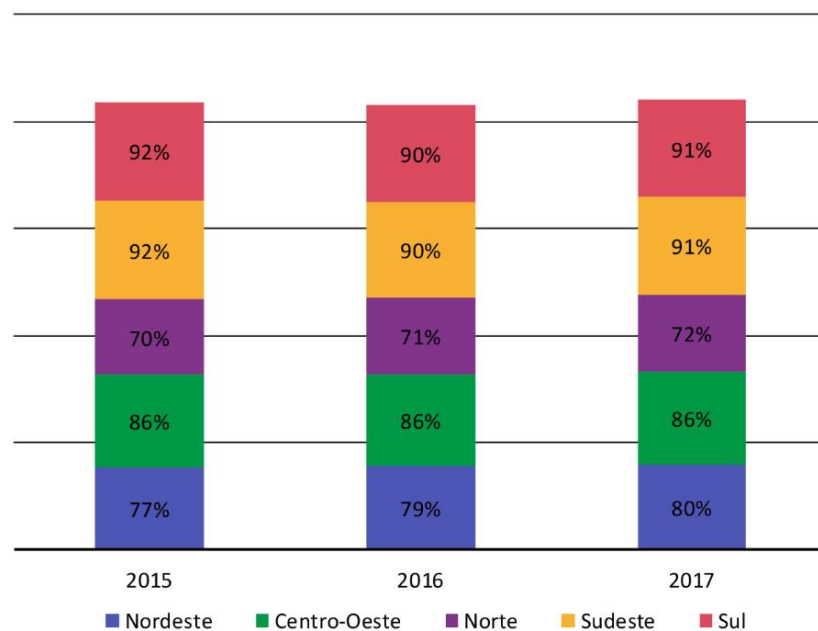
Fonte: Silva & Pereira, 2023. Elaboração Própria.

Pelo Quadro 4, é possível perceber o destaque que a região nordeste teve em quantidade de bancos comunitários, quase metade de todos os BCD estão presentes nessa região. O motivo do destaque nordestino pode ser explicado por dois fatores. O primeiro é o fato de o berço dos bancos comunitários ser a própria região nordestina, mais precisamente o estado do Ceará, que atualmente possui mais da metade dos 65 bancos da região do nordeste. Além disso, a presença atuante do Instituto Palmas fomentou a forte expansão desse modelo na região, a partir de 2003. Já o segundo fator que explica o destaque nordestino é o fato de a região ser a segunda que mais possui exclusão financeira no Brasil, atrás apenas da região Norte, outro destaque em quantidade de BCD.

Por ser um modelo de resposta à exclusão financeira, não é surpresa que as duas regiões de destaque em quantidade de bancos comunitários também são as regiões que

apresentam as maiores taxas de exclusão financeira do país. O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de adultos com relacionamento bancário em cada região do Brasil, no período de 2015 a 2017. Vale ressaltar o crescimento das taxas do norte e nordeste, enquanto os outros estados seguem estacionados.

Gráfico 1 - Adultos com relacionamento bancário por região, 2015-2017



Fonte: BCB, 2018. Elaboração Própria.

Hoje, passados 24 anos da fundação do primeiro banco comunitário de desenvolvimento brasileiro, o Banco Palmas, o modelo ganhou importância, força e se expandiu para todas as regiões brasileiras, melhorando a vida das pessoas, promovendo a inclusão financeira, aumentando o fluxo de renda dos mais pobres e, conseqüentemente, promovendo desenvolvimento local. A próxima seção busca descrever e compreender o processo histórico, a importância social e a dinâmica de uma das ferramentas mais importantes utilizadas pelos BCD, as moedas sociais, e uma nova evolução dessas moedas, criadas recentemente, as moedas sociais digitais.

3.2. Moedas Sociais: uma ferramenta de inclusão financeira

Segundo o BCB (2008, p. 11) as moedas sociais são uma tecnologia de autofinanciamento, ou seja, “um instrumento de natureza e estrutura contratual, com potencial para resolver ou atenuar o problema do ‘desencaixe’ entre disponibilidade de capital (recursos disponíveis) e necessidades não atendidas”. Em outras palavras, essa ferramenta das finanças sociais é, segundo Singer (2009, p. 3), “um instrumento de troca e meio de pagamento criado e operado por associações autogestionárias”. Elas circulam juntamente com a moeda oficial do país e seu foco está na inclusão de grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional.

A denominação de moeda social ocorre, segundo França Filho e Silva Jr. (2009), dentre outros fatores, pelo fato delas serem uma ferramenta que está a serviço da comunidade. A comunidade as cria e as implementa na economia local, com o único objetivo de solucionar problemas socioeconômicos que a população enfrenta e as instituições tradicionais, com a moeda oficial, não são capazes de solucionar, em virtude do risco de crédito (RIGO, 2014).

3.2.1. Características e peculiaridades das Moedas Sociais

As moedas sociais vêm ganhando destaque e espaço nos debates acadêmicos e nas políticas públicas, dentre outros fatores, pela importância social que elas passaram a desempenhar nas regiões onde começaram a ser criadas. Búrigo (2001), lista alguns motivos econômicos que fizeram as moedas sociais ganharem certo espaço recentemente e se expandirem por quase todo o território nacional: *i) o crescimento de políticas neoliberais, que frequentemente agravam ondas de desemprego e de recessão econômica; ii) a crescente crítica à "sociedade de mercado"; iii) os riscos da globalização dos circuitos financeiros, em virtude das especulações e das incertezas; iv) o aumento da miséria em países periféricos; v) a expansão dos movimentos de resistência ao poder do capitalismo financeiro e; vi) as moedas sociais como exemplos de constituição de redes de economia solidária.*

Diferente da moeda oficial que é emitida e controlada pelo banco central de um país, as moedas sociais são emitidas e controladas pelos BCD ou por clubes de trocas independentes, com a finalidade de serem uma ferramenta de inclusão financeira, uma vez que o foco é o atendimento de um grupo de pessoas específico, na maioria das vezes, pessoas essas que são marginalizadas pelo sistema financeiro tradicional. Na prática, é criada uma

nova moeda que circula concomitantemente com a moeda oficial do país, entretanto sua aceitação é restrita para um determinado local atendido pelo BCD ou pelo clube de trocas.

De acordo com Mostagi *et al* (2019), a moeda social possui cinco características principais que as diferem das moedas oficiais, são elas: *i) é lastreada em reais*, logo a quantidade da moeda social emitida precisa ser a mesma quantidade de reais guardado no BCD; *ii) permite câmbio*, ou seja qualquer pessoa pode converter a moeda em real ou real em moeda no momento que desejar; *iii) tem circulação local*, garantindo a aceitação apenas em uma região ou comunidade específica; *iv) é uma forma de adesão à rede local*, não obrigando os comerciantes a aceitarem a moeda social; e *v) a moeda social possui elementos de segurança*, como por exemplo código de barras, infravermelho, número em serial e papel moeda.

Dentre as cinco características apresentadas por Mostagi *et al* (2019), vale destacar a terceira característica que é a circulação local, uma vez que essa característica é uma das fundamentais para o entendimento de todo o funcionamento e diferencial de uma moeda social. Segundo o Instituto Banco Palmas (2006), a moeda social, por vezes, também é chamada de Moeda Social Circulante Local, pois seu principal objetivo é fazer com que o dinheiro circule dentro da própria comunidade para ampliar o poder de comercialização local, aumentando, dessa forma, a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente. Dessa maneira, a moeda social é uma ferramenta que deve ser utilizada em uma região pequena e previamente delimitada para que sua função de manter o dinheiro circulando na comunidade seja alcançada de forma bem sucedida (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

Nesse aspecto, é preciso compreender que em comunidades pequenas, normalmente, o comércio não é tão desenvolvido, o que faz com que a população prefira comprar nas comunidades vizinhas maiores, que, normalmente, possuem um comércio mais desenvolvido. Entretanto, essa ação cria um ciclo vicioso que é prejudicial para a comunidade menor, uma vez que toda a renda gerada naquela comunidade escoada para a comunidade maior, fazendo com que o comércio local nunca consiga se desenvolver, ficando fadado a aceitar as sobras da renda não escoada.

A moeda social, com sua característica de circulante local, consegue romper esse ciclo vicioso, uma vez que toda a renda gerada na comunidade permanece na comunidade, pois a moeda servirá como uma “trava” que obriga as pessoas gastarem suas rendas no comércio local. Em suma, essa característica faz a moeda social possuir a capacidade de anular parte da concentração monetária estabelecida pelas autoridades, aumentar a demanda efetiva e o

emprego local, diminuir a exclusão financeira e, conseqüentemente, a pobreza dentro da própria comunidade (BÚRIGO, 2001).

Além das cinco características principais apresentadas por Mostagi *et al* (2019), existem algumas outras especificidades das moedas sociais que as diferem das moedas oficiais, nesse aspecto, visando complementar a discussão apresentada pelos autores, o Quadro 5 sistematiza as principais diferenças entre as moedas oficiais e as moedas sociais:

Quadro 5 – Diferenças entre moeda oficial e moeda social

Moeda oficial	Moeda social
Moeda fiduciária oficial	Complementar à moeda fiduciária oficial
Três funções: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor	Não precisa cumprir todas as funções da moeda
Curso legal e uso obrigatório por lei, garantida e monopolizada pelo Estado	Não existe obrigatoriedade na aceitação de uma moeda social
Conectada diretamente com as finanças públicas (dívida pública e direito público)	Direito dos contratos e direito das obrigações (obrigações e direito privados)
Moeda bancária privada (propriedade privada)	Reciprocidade e mutualismo (propriedade comunitária)
Exclui pessoas não-bancarizadas	Promove a inclusão financeira
Custo alto (juros compostos)	Custo acessível (juros simples)
Promove concentração financeira	Promove desconcentração financeira
Foco na economia nacional	Foco na economia local

Fonte: BCB (2008). Elaboração Própria.

As diferenças apresentadas no Quadro 5, tornam as moedas sociais uma ferramenta autêntica de inclusão financeira e busca por desenvolvimento socioeconômico local, no qual as comunidades que bem implementam tal ferramenta conseguem alcançar resultados e inúmeras melhorias sociais. A esse respeito, Mostagi *et al* (2019) apresenta quatro principais vantagens para as comunidades que possuem moedas sociais, são elas: *i) ajuda a desenvolver a região*, uma vez que o dinheiro circula localmente; *ii) não tem validade em outras regiões*, o que diminui os riscos de roubos ou fraudes; *iii) juros baixo ou até mesmo ausência de juros nos empréstimos*; e *iv) vantagens e descontos para as pessoas que utilizam a moeda*.

Em suma, o principal objetivo das moedas sociais é estimular as famílias a despendarem suas rendas localmente, para criar uma poupança local capaz de gerar mais

desenvolvimento, mais emprego e mais renda na comunidade local (MOSTAG *et al*, 2019, p. 119).

3.2.2. O processo histórico das moedas sociais: das origens à expansão

Historicamente, o surgimento da primeira moeda alternativa ocorreu na década de 1930 em Schwanenkirchen, na região da Baviera, na Alemanha. Na ocasião, um grande proprietário de uma mina de carvão propôs pagar seus funcionários com um bônus chamado "Wära", que significava mercado, em virtude de seu endividamento e, conseqüente, incapacidade de pagamento em Marcos, a moeda oficial da época. Sem saída, os funcionários acabavam aceitando o bônus e os comerciantes, por sua vez, passaram a também aceitar, em virtude da constante escassez da moeda oficial na cidade (LIETAR, 2000).

Aos poucos, os comerciantes começaram a convencer os fornecedores a também aceitarem o pagamento em Wära. Em 1931, mais de 2 mil empresas já aceitavam e circulavam a Wära, entretanto, no mesmo ano, o Banco Central alemão proibiu a circulação da moeda, em virtude do seu monopólio na emissão de moeda oficial (LIETAER, 2000; BÚRIGO, 2001).

Na mesma década, outras moedas alternativas começaram a surgir nos países vizinhos como na Áustria e França, entretanto, todas também eram barradas pelos governos de cada país. Segundo Búrigo (2001, p. 7) é possível observar que a criação de moedas alternativas ao longo da década de 1930 “foram geralmente bloqueadas, seja pelos governos federais, seja pelos bancos centrais. Elas nasceram em territórios demarcados e normalmente desprovidos de desenvolvimento, de trabalho e onde o dinheiro oficial andava escasso”.

Após as experiências falhas na década de 1930, a ideia de moedas alternativas às moedas oficiais ficou adormecida até meados da década de 1980, quando voltou à tona em uma vila nos arredores da cidade de Vancouver, no Canadá. Essa nova experiência de moeda alternativa também se configura como a primeira experiência de moeda social, uma vez que foi a primeira moeda criada para combater um problema socioeconômico local. Na época, segundo Singer (1999, p. 1), “a recessão atingiu a indústria madeireira e uma base aérea dos EUA foi transferida para uma província vizinha”, com isso, os dois maiores empregadores da vila desapareceram, causando uma relevante queda no poder de compra da população.

Frente a esse cenário, Michael Linton inventou um sistema de troca, o LETS (*Local Exchange Trading System*), no qual o dinheiro oficial era substituído por uma moeda própria,

que auxiliava no aumento de poder de compra da população, driblando, dessa forma, a saída dos dois grandes empregadores e as políticas monetárias restritivas da época, impostas pelo sistema oficial (SINGER, 1999; BÚRIGO, 2001).

O sucesso do LETS fez com que até 1988 fossem criados mais de 20 novos clubes de trocas no Canadá. Além disso, a ideia se espalhou por inúmeros países como, por exemplo, Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido e França. Na França, o modelo foi chamado de SEL (*Systèmes d'Echange Locaux*), entretanto o funcionamento era muito parecido com os LETS de origem canadense (LAACHER, 2000).

Nos clubes de trocas, a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação de taxas de juros (BÚRIGO, 2001, p. 13).

Na América Latina, a primeira experiência de moeda social ocorreu em 1995, na cidade de Benal, localizada a 30 km da capital Buenos Aires. Na ocasião, foi criado um grupo com 20 vizinhos, com ideais solidários, cooperativos e ecológicos e que buscavam construir um novo estado de bem estar social na comunidade local. Para isso, o grupo criou uma nova moeda chamada "*crédito*" para viabilizar e facilitar a troca dentro do Clube.

A experiência bem sucedida em Benal fez a ideia se espalhar pelo país e, nos anos seguintes, surgiram centenas de outros grupos parecidos. Segundo Primavera (1999), até o início dos anos 2000, as moedas sociais argentinas já movimentavam cerca de 400 mil dólares anuais, em mais de 700 clubes de trocas.

No Brasil, a primeira moeda social foi criada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e era chamada de Palmares (atualmente é denominada Palma). O intuito do banco com a criação da moeda era fundar um clube de troca que estimulasse o desenvolvimento da economia local, uma vez que a moeda conseguia manter toda a renda gerada na região dentro da economia local. Tal objetivo foi alcançado e, com o passar dos anos, a Palma começou a transformar a economia local da região (MOSTAGI *et al*, 2019).

À medida que a experiência do Banco Palmas foi se expandindo, o aumento da visibilidade imprimiu uma nova dinâmica ao empreendimento. Então, aquilo que surgiu de uma iniciativa pontual,

consistindo num projeto de geração de renda de uma Associação de Moradores, começou a atrair a curiosidade de pessoas, gestores públicos, estudantes, pesquisadores vindos de várias cidades (próximas e distantes), movidas pela vontade de fazer algo semelhante nas suas comunidades (PAIVA, 2015, p. 216).

Nesse cenário de expansão do modelo, o Banco Palmas criou, em 2003, o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, visando a criação de parcerias para fundar novos bancos comunitários ao redor do Brasil. A esse respeito, Paiva (2015, p. 217) afirma que o Banco Palmas “foi tecendo a sua rede de apoiadores, incorporando, estrategicamente, uma gama variada de parceiros, incluindo alguns órgãos de governo, dentre estes, algumas prefeituras e, na esfera federal, a SENAES” (FRANÇA FILHO & SILVA JR, 2009).

A criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), em 2006, foi o estímulo que faltava para o conceito se espalhar por todo o Brasil. Após a criação, inúmeros bancos comunitários e moedas sociais foram sendo criadas e, atualmente, o modelo está presente em todas as regiões do país. Segundo Melo (2021), hoje no Brasil existem 117 moedas sociais que coexistem com a moeda oficial, o Real. O Quadro 6 apresenta as principais moedas sociais que existem no Brasil atualmente e a qual BCD pertence. Vale destacar que a maioria dessas moedas foram criadas após 2006, justamente pelo apoio e auxílio da RBBC:

Quadro 6 - Principais moedas sociais brasileiras

MOEDA	BANCO	REGIÃO	FUNDAÇÃO
Palmares (Palma)	Palmas	Fortaleza/CE	1998
Par	Par	Paracuru/CE	2004
Maracanã	Paju	Maracanaú/CE	2006
Prata	Empreendedores	Maranguape/CE	2006
Pirapirê	Pirapirê	Dourados/MS	2006
Guará	Quilombola	Alcântara/MA	2007
Cocais	Cocais	São João do Arraial/PI	2007
Terra	Terra	Vila Velha/ES	2007
Tupi	Ocardes	Fortaleza/CE	2008
Castanha	Arte Palha	Palhano/CE	2008
Girassol	Sol	Cariacica/ES	2008
Concha	Ilhamar	Vera Cruz/BA	2008
Samper	Guiné	Salvador/BA	2009
Moqueio	Tupinambá	Belém/PA	2009
Apuaná	Apuaná	São Paulo	2009
Arco-íris	Vitória	Rio Branco/AC	2011
Tucumã	Liberdade	Manaus/AM	2011
Açaí	Miri	Igarapé-Miri/PA	2012
Gostoso	Gostoso	São Miguel do Gostoso/RN	2013
Mumbuca	Mumbuca	Maricá/RJ	2013

Fonte: Site Instituto Palmas. Elaboração Própria.

No Quadro 6 vale destacar a moeda Mumbuca, criada em 2013 pelo Banco Mumbuca em parceria com a Prefeitura de Maricá/RJ. Apesar de ser uma moeda relativamente nova, quando comparada com a moeda Palmares, atual Palma, ela já alcançou um volume de circulação que nenhuma outra moeda social conseguiu atingir até hoje no Brasil. Esse fato torna ela uma moeda social importante, única e autêntica.

No ano de 2015, um novo estilo de moeda social começou a circular no país, a moeda social digital ou e-dinheiro. O e-dinheiro pode ser considerado uma revolução nos meios de pagamentos de cunho social. Segundo Instituto Banco Palmas (2015), o e-dinheiro é uma moeda social eletrônica, no qual a operacionalização ocorre por meio de um *smartphone*, via aplicativo desenvolvido para esse fim, entretanto, ele não é apenas mais uma plataforma digital de pagamento tradicional, é de modo especial “uma moeda social porque fomenta o comércio local, e toda a sua gestão e administração passa pelo controle dos bancos comunitários” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2015, p. 10).

3.3. E-dinheiro: Funcionalidade e diferenciais da moeda social digital

Desde o surgimento da Palmares, a primeira moeda social brasileira, em 1998, essa ferramenta ganhou espaço e se expandiu por todo território nacional, deixando de ser uma ferramenta isolada utilizada por um restrito grupo na região de Fortaleza/CE para se tornar um modelo de desenvolvimento socioeconômico local, que passou a ser utilizado em inúmeras regiões do Brasil. Entretanto, essa rápida expansão gerou uma necessidade de modernização do sistema financeiro dos BCD, com a finalidade de manter a sustentabilidade dos bancos. Dessa forma, em 2015, visando modernizar os meios de pagamentos dos BCD, é criado o e-dinheiro (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2015).

O e-dinheiro é a evolução da moeda social, uma vez que é uma moeda eletrônica, no qual toda a operacionalização ocorre por meio de um aplicativo instalado em um *smartphone*. Por meio desse aplicativo, o cliente tem à disposição um sistema de pagamentos eletrônico capaz de realizar pagamentos, transferências, depósitos, cobranças, checagem de extrato e resgates sem custos. Para utilizar o e-dinheiro, basta o cliente fazer alguma “recarga” em sua conta, portabilizar o salário ou receber algum benefício social na conta do BCD, que já está apto a realizar suas compras.

Pelo lado dos comerciantes, eles também possuem um aplicativo cadastrado em um *smartphone* para recebimentos. Entretanto, para eles, o banco cobra uma taxa sobre a venda, cuja magnitude é menor do que as clássicas maquininhas de cartão de crédito. A finalidade dessa cobrança é para a manutenção do sistema operacional e também uma fonte de receita para o BCD, que é revertida em benefício tanto da comunidade quanto do próprio BCD (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2015).

Em suma, na prática, as transações envolvendo o e-dinheiro ocorrem como uma compra realizada com um cartão de débito tradicional, no qual é debitado automaticamente da conta do consumidor e creditado na conta do comerciante. A leitura do cartão é feita por aproximação no próprio aplicativo do comerciante, via NFC³ do *smartphone*, dispensando a utilização das famosas maquininhas de cartão. Para aqueles consumidores que querem uma maior praticidade, também é possível realizar a transação fornecendo ao comerciante apenas o número de seu CPF e, posteriormente, colocando sua senha transacional.

Vale ressaltar que, assim como a moeda social, o e-dinheiro também é preferido pelos comerciantes em virtude dos custos mais baixos e benefícios junto a prefeitura e ao BCD e para os consumidores, usar o e-dinheiro, na maioria das vezes é sinônimo de descontos e vantagens.

Hoje, passados 7 anos da criação do e-dinheiro, é possível afirmar que ele transformou os meios de pagamentos sociais, uma vez que facilitou e expandiu de maneira rápida e ecológica um modelo já consolidado. Dentre os principais ganhos que essa tecnologia trouxe vale destacar:

- Garante inclusão financeira;
- Gera receitas para o banco, o que garante a sustentabilidade e autonomia financeira;
- Facilita a comunicação entre as pessoas através de um *chat* do próprio aplicativo;
- É ecológico por dispensar o uso do papel;
- Mais econômico em termos de manutenção do sistema e mais fácil de operacionalizar;
- Maior segurança, conforto e comodidade para os usuários;
- Maior transparência na gestão dos recursos;
- Possibilita agregar novas formas de trocas que não são permitidas pela moeda física.

Entretanto, é preciso ficar atento e não deixar que uma ferramenta criada para fomentar a inclusão financeira vire uma barreira, em virtude da própria tecnologia, ou seja, é preciso levar em consideração que muitas pessoas ainda não possuem acesso a um *smartphone* ou rede de internet, seja por falta de recursos ou mesmo de conhecimento,

³ NFC são iniciais de *Near Field Communication* (Comunicação de Campo Próximo). Na prática é uma tecnologia presente na maioria dos smartphones que permite a troca de informações ao aproximar dois dispositivos. Dessa forma, permite que o smartphone faça a leitura de um cartão por aproximação, conseguindo receber um pagamento.

comum nas pessoas idosas. Em virtude disso, é importante ainda atrelar as moedas sociais eletrônicas a uma moeda social física para garantir total acesso de todas as pessoas.

O primeiro BCD a utilizar o e-dinheiro no Brasil foi o Banco Mumbuca, localizado na cidade de Maricá/RJ. Esse banco se tornou uma das referências em moeda social digital nos últimos anos e vem apresentando avanços socioeconômicos que merecem destaque. Em virtude disso, a próxima seção apresenta um estudo de caso do Banco Mumbuca e sua moeda social digital, no qual será realizado um estudo sobre a história da instituição, seu desenvolvimento, o papel do poder público, a introdução e importância da moeda social digital e seu consequente impacto socioeconômico na região de Maricá/RJ.

4. MOEDA SOCIAL MUMBUCA: O EXEMPLO PRÁTICO DA CIDADE DE MARICÁ/RJ

Maricá é um município litorâneo pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, segundo dados do IBGE Cidades⁴, a população do último censo, ocorrido em 2010, era de 127.461 habitantes e a população estimada (referência: 2021) era mais de 167 mil habitantes. Geograficamente, a cidade é dividida em quatro distritos municipais: (i) *Distrito Sede (Maricá)*; (ii) *Distrito de Ponta Negra*; (iii) *Distrito de Inoã*; e (iv) *Distrito de Itaipuaçu*. O Mapa 1 apresenta o mapa do município com as divisões distritais e os municípios que fazem fronteira.

Mapa 1 - Mapa distrital de Maricá



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá.

Apesar de ainda pouco conhecida e explorada pelo setor turístico, Maricá possui 46 quilômetros de praias paradisíacas, entre as quais se destacam as praias de Jaconé, Ponta Negra, Barra de Maricá, do Francês e Itaipuaçu. Além disso, o município é rodeado por um complexo lagunar que contempla lagoas como Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guarapina, Jacaroá, Araçatiba, Boqueirão e Jaconé. Já a topografia montanhosa do município cria um ambiente favorável para a prática de esportes radicais como vôo livre, *trekking*, *mountain bike*, entre outros. Na Imagem 1 é possível perceber a bela e extensa orla de Maricá, além da topografia montanhosa .

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>

Imagem 1 - Vista aérea da cidade de Maricá



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá.

Na área econômica, Maricá se destaca na indústria extrativa de petróleo, que anualmente rende grandes volumes de *royalties*⁵ para o município, que, hoje, representa cerca de 65% do PIB de Maricá. Segundo dados do IBGE, no ano de 2022, o PIB da cidade de Maricá foi superior a R\$ 35,6 bilhões, alcançando a posição de quarto maior PIB do estado do Rio de Janeiro, estando atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói. Já em relação ao PIB *per capita*, Maricá possui ainda maior destaque. No ano de 2022, segundo dados do IBGE, o PIB *per capita* alcançou o volume de R\$ 216,5 mil, o maior do estado.

Esse cenário, entretanto, cria um paradoxo econômico no município, uma vez que, na ponta econômica, Maricá sempre obteve destaque em virtude dos *royalties* do petróleo, mas na ponta social, todo esse PIB gerado sempre foi distribuído de forma desigual entre as classes sociais. Segundo dados do IBGE, a concentração de renda do município é superior à média estadual, no qual as classes de menor poder aquisitivo (D e E) somam 55,2% do total de remunerações da cidade, e as classes de maior poder aquisitivo (A e B) representam 7,6%.

⁵ Royalty é uma compensação financeira que as empresas produtoras de petróleo e gás natural repassam à União como uma forma de remunerar a sociedade por estarem explorando um recurso não renovável. A União repassa esse recurso da seguinte maneira: 28% fica para União; 9% vão para os fundos nacionais; 29% para os Estados e 34% para os municípios.

Somado ao problema de concentração de renda, apesar das belezas naturais, Maricá nunca foi um município de grande interesse turístico em virtude de sua, ainda baixa, infraestrutura, pelo contrário, sempre apresentou graves problemas socioeconômicos como, por exemplo, altos níveis de pobreza, infraestrutura precária das periferias da cidade, baixos salários, comércio local pouco desenvolvido, dentre outros problemas.

É nesse cenário paradoxal de maior PIB per capita do Rio de Janeiro com inúmeros problemas sociais que ano de 2013 a prefeitura de Maricá decide criar um Banco Comunitário de Desenvolvimento, denominado Banco Mumbuca, para fazer a gestão do programa municipal Renda Básica de Cidadania que tinha o intuito de transferir parte dos *royalties* do petróleo para a população mais pobre. A próxima seção apresenta a trajetória histórica do Banco Mumbuca, desde sua criação até os dias atuais, onde se tornou o BCD mais importante do Brasil.

4.1 A trajetória histórica do Banco Mumbuca: Da criação ao auge

No ano de 2013, o então prefeito de Maricá, Washington Quaquá (2008-2015), por meio da lei municipal nº 2.448, criou o Programa de Economia Solidária que regulamenta o Bolsa-Mumbuca. O intuito desse programa era transferir renda direta no valor de R\$84,00 para toda família que recebia até um salário mínimo, utilizando os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo (FARIA, 2018, p. 23).

Visando organizar e gerir o programa, a prefeitura de Maricá optou por fundar um Banco Comunitário de Desenvolvimento no município e criar uma moeda social para transferência da renda. A ideia da criação do banco e da moeda era fazer com que a renda distribuída pelo programa fosse paga em moeda própria, fazendo a população beneficiada gastar essa renda na própria cidade e não nos municípios vizinhos que possuíam um comércio mais desenvolvido. Freitas & Egydio (2014, p. 7), sobre a escolha de se transferir renda via moeda social, afirmaram:

Viu-se uma oportunidade de reduzir a ‘fuga’ de capitais para os municípios vizinhos, os quais por possuírem redes maiores de comércio, vendiam a preços menores, atraindo os moradores de Maricá para gastar seu dinheiro lá, prejudicando a economia local.

Nesse aspecto, a opção da prefeitura de transferir a renda por meio de uma moeda aceita somente em Maricá obrigaria os beneficiários a gastarem essa renda no comércio local, ajudando ele a se desenvolver. Esse fato, criaria um ciclo virtuoso que aumentaria o fluxo de renda no município, causando desenvolvimento do comércio local, aumento de emprego e, conseqüentemente, aumentando ainda mais a renda.

Vale ressaltar que a criação da moeda social, apesar de ser o principal produto do banco, o objetivo da prefeitura era que os serviços do banco contemplassem também programas de microcrédito ao consumidor e ao pequeno empreendedor, além de fazer a gestão do próprio programa de bolsa auxílio.

Entretanto, a formulação desse banco era complexa e desafiadora, uma vez que para o sucesso era necessário que a população e os comerciantes confiassem e aceitassem a nova moeda, além disso era preciso compreender a legislação e se enquadrar nela, afinal se falava em uma prefeitura fundando um banco. Sobre esse assunto, Freitas & Egydio (2014, p. 8) afirmam que:

Precisavam de um banco que não poderia ser de administração direta da prefeitura, sendo necessário realizar uma licitação: a modalidade escolhida foi convite, chamando o Banco Palmas e mais duas, tendo sido o Banco Palmas o vencedor. Deve-se notar que isso é necessário para que a prefeitura não possua relações diretas com cada um dos comércios credenciados, o que dificultaria o processo.

Após o período de licitação, o Banco Palmas (Instituto Palmas) assumiu o processo de criação e formalização do novo BCD. O Banco Palmas acabou saindo vencedor em virtude de já possuir uma ampla experiência em moedas sociais físicas. Entretanto, o desafio era muito maior do que fundar mais um BCD, pois seria o primeiro banco comunitário brasileiro a trabalhar inteiramente com moedas digitais.

Escolhido a instituição que iria ficar responsável pela formalização do banco, a prefeitura nomeou o novo banco de Banco Comunitário Popular de Maricá - Mumbuca. O nome Mumbuca é em homenagem ao Rio Mumbuca, que fica localizado em um bairro humilde, no qual o prefeito nasceu e cresceu.

Para iniciar o processo de formalização e constituição do Banco Mumbuca, foi criado um fundo para gerir os recursos destinados ao programa social, no qual era fiscalizado por um

conselho civil que contava com a participação de comerciantes, médicos, economistas e da população em geral.

Logo após a criação do fundo, foi procurada uma empresa que pudesse customizar o cartão para a população beneficiada e fornecer as maquininhas para os comerciantes que aceitassem receber na nova moeda social. A empresa escolhida foi a ValeShop, de Brasília, que ficou responsável pela confecção dos cartões, instalação das maquininhas, serviço de bloqueio e desbloqueio e atualização do saldo. Sistemáticamente, por não poder ser contratada pela prefeitura, a ValeShop firmou acordo de serviços com o Banco Palmas para prestar o serviço no novo banco da cidade de Maricá (PUPO, 2021; FREITAS & EGYDIO, 2014).

Imagem 2 - Cartão ValeShop



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá.

Após a escolha da ValeShop, foi necessário conversar com os futuros usuários para entender as reais possibilidades de implantação da nova moeda e quais as necessidades e realidades da prática. Nesse momento, parcerias com associações, pastorais, igrejas e lideranças religiosas foram de suma importância para conseguir realizar uma primeira reunião que contou com a participação de mais de 500 pessoas. Essa reunião foi importante, pois apresentou para diversos nichos sociais qual era a ideia da prefeitura, além disso foi um

momento para as pessoas tirarem suas dúvidas e diminuir a resistência ao programa (FREITAS & EGYDIO, 2014).

Findada a reunião, o projeto foi enviado à câmara, onde foi aprovado com unanimidade e em 30 de Dezembro de 2013 o programa e a moeda são lançados oficialmente, já contendo mais de 3.500 famílias pré cadastradas (PREFEITURA DE MARICÁ).

Imagem 3 - Primeira compra efetuada com o cartão Mumbuca, 2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá.

Com o banco formalmente constituído, era preciso dar credibilidade e força para ele gerir a nova moeda e o Bolsa-Mumbuca, como a prefeitura planejava. Para isso, a prefeitura firmou em 2014 uma parceria com a RBBC - Rede Brasileira de Bancos Comunitários - com a finalidade de ajudar a criar as bases do que viria a ser o Banco Mumbuca. Entretanto, é preciso ressaltar que, apesar do Banco ter sido constituído em 2013, a sua consolidação se daria somente em 2017. Além disso, esses primeiros anos foram permeado de diversas dificuldades, como ressalta N.S.⁶, atual diretora financeira e ex-diretora presidente do Banco Mumbuca (2017-2021):

⁶ Transcrição da fala de N.S., feito no curso de Cultura e Extensão “Bancos Comunitários e Moedas Locais: usos alternativos das finanças no Brasil”, realizado em abril de 2021.

Não havia banco, a lei nasceu antes do banco [...] foi feito um convênio da Prefeitura com o Banco Palmas para poder haver a criação do banco comunitário da cidade de Maricá para fazer a gestão da moeda social Mumbuca. Nesse início foi muito difícil, a população desconfiava muito porque vinha da prefeitura, principalmente os comerciários [...] no início teve muita resistência.

Pela fala da atual diretora financeira do Banco Mumbuca, N. S., a criação do banco ocorre após o início do uso do cartão da ValeShop, logo, visando simplificar o entendimento desse período, Pupo (2021) divide em duas fases, conforme ilustrado no Quadro 7:

Quadro 7 – Fases históricas do Banco Mumbuca

	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
FASE 1	2013 - 2017	Período marcado pela constituição formal do banco, entretanto sem o início das atividades, e o Bolsa-Mumbuca era gerido pela ValeShop.
FASE 2	2017 - atual	Período marcado pelo fim da parceria com a Vale Shop e início da plataforma e-dinheiro.

Fonte: Pupo (2021).

A primeira fase contempla o período de 2013 a 2017, no qual foi um período que o Bolsa-Mumbuca estava sob gestão da ValeShop e a prefeitura, em parceria com a RBBC e o Banco Palmas, criavam as bases do banco e da plataforma e-dinheiro. Essa primeira fase tinha como ponto focal os pequenos comerciantes, entretanto a taxa cobrada pela ValeShop era alta (3% por transação realizada) e eles demoravam de 30 a 40 dias para repassar o recurso em real para os comerciantes. Além disso, nada era repassado para o Banco Mumbuca, o que inviabilizava a manutenção e o crescimento sustentável do banco. A esse respeito, Pupo (2021, p. 233) afirma que “nota-se um vazamento do dinheiro líquido desses pequenos comércios cadastrados para o circuito superior da economia urbana, através do recurso à empresa ValeShop, uma empresa típica desse circuito” e essa era a premissa central do banco, não deixar nada “vazar”.

Apesar de ter apresentado diversos problemas na gestão e implantação, essa primeira fase foi importante, uma vez que conseguiu resolver o principal problema que poderia colocar fim ao sonho do banco, a desconfiança. Os conflitos filosóficos com a ValeShop, em virtude

da taxa de 3% foram sim um problema complexo, entretanto não se pode desconsiderar que a solidez da empresa ajudou a trazer a credibilidade que a moeda social tanto precisava para crescer. A esse respeito, N. S⁷, diretora financeira do Banco Mumbuca, afirma que “a importância [da ValeShop] foi dar início ao pensamento da tecnologia digital na moeda social”.

Em paralelo com a criação do Banco Mumbuca, o Banco Palmas dava passos importantes no processo de digitalização das moedas sociais. Em 2014, o banco firmou parceria com uma pequena empresa de Brasília, chamada MoneyClip, para criação da plataforma e-dinheiro, uma plataforma autêntica para uso exclusivo dos bancos comunitários, o que colocaria fim na necessidade de parcerias com empresas de pagamento via cartão magnético, como a ValeShop (FARIA *et al*, 2019).

Esses fatores culminaram no início da Fase 2, quando no final de 2017, com a abertura formal do Banco Mumbuca e a finalização dos testes da plataforma e-dinheiro, o Banco Mumbuca rompeu com a ValeShop e implementou a plataforma e-dinheiro, no qual saiu o cartão magnético e entrou a plataforma gerenciada via *smartphone*. Apesar de ser uma mudança brusca, afinal a população já estava acostumada com o cartão magnético, o benefício que trouxe para o programa compensaria o processo de transição e adaptação. Segundo Pupo (2021), a plataforma possibilitou uma taxa menor (2% em cada transação), sendo destinados 1% para o Banco Mumbuca e 1% para a RBBC, ou seja, todo recurso permaneceria no arcabouço das finanças sociais.

Com essa redução de taxa foi possível incluir no programa novos comércios de grande porte, como supermercados, uma vez que na taxa de 3% cobrada pela ValeShop não era atrativa para essas empresas que possuíam taxa menores com empresas tradicionais como Rede e Cielo, mas com a taxa de 2% passou a ser vantajoso para essas empresas maiores.

A segunda fase de implementação do Banco se caracteriza pelo processo de transição dos meios de pagamento e seu gerenciamento passa a ser realizado pelo Banco Mumbuca, a princípio criado justamente para este fim. Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de qualquer cidadão poder fazer o cadastro no Banco e uso do e-dinheiro, assim como a entrada de todo o tipo de estabelecimento comercial, desde grandes comércios até os ditos "informais", ou seja, que não possuem CNPJ. (PUPO, 2021, p. 235)

⁷ Transcrição da entrevista de N.S., concedida em 28 de abril de 2023 (*vide* Apêndice C).

Outro fator que a introdução da plataforma e-dinheiro trouxe para a Moeda Mumbuca foi a possibilidade de qualquer pessoa abrir uma conta no banco, mesmo que não recebesse o benefício social da prefeitura. Essa possibilidade ajudou na expansão do banco pela cidade e hoje, passados 10 anos da criação da moeda Mumbuca, ela se tornou referência, sendo a moeda social mais importante do Brasil, a precursora e maior *case* de sucesso entre as moedas digitais. Nesse aspecto, a próxima seção apresenta como a moeda funciona hoje na prática e quais foram as principais conquistas que a moeda alcançou.

4.2 A Moeda Mumbuca na prática e suas conquistas

Como visto na seção anterior, a Moeda Mumbuca foi criada em dezembro de 2013 pela prefeitura de Maricá, com a finalidade de transferir parte dos *royalties* do petróleo para a população mais pobre. A ideia de transferir o recurso em moeda local, e não em real, era para manter 100% desse recurso circulando na cidade, evitando o escoamento dessa renda para as cidades vizinhas que possuíam um comércio mais desenvolvido.

Nos quatro primeiros anos de existência a Mumbuca foi gerenciada pela empresa ValeShop, no qual o beneficiário recebia um cartão magnético e a prefeitura depositava o benefício nesse cartão. O beneficiário, ao realizar suas compras, utilizava esse cartão na função débito. Pelo lado do comerciante, ele recebia uma maquininha da empresa ValeShop para passar as vendas dos beneficiários e, em contrapartida, pagava uma taxa de 3% sobre todas as vendas.

Como a taxa era muito alta e o Banco Mumbuca não retirava nenhuma receita da operação, de 2017 em diante, trocou-se o cartão da ValeShop pela plataforma e-dinheiro. Na prática, os beneficiários deixaram de ter o cartão magnético e passaram a ter uma conta digital no Banco Mumbuca, no qual essa conta era movimentada via aplicativo e as compras também pagas via aplicativo. Pelo lado do comerciante, as maquininhas deixaram de existir e o recebimento das vendas também passou a ser via aplicativo do Banco Mumbuca, reduzindo, dessa forma, a taxa para 2%.

Para melhor compreensão, a próxima subseção apresenta como a moeda funciona na prática e quais foram as conquistas e alcances que essa moeda teve nos seus 10 anos de existência.

4.2.1. A Mumbuca no dia a dia de Maricá

Desde sua criação em dezembro de 2013, a moeda Mumbuca se tornou mais que uma simples moeda local com a finalidade de romper com o “vazamento de renda” para as cidades maiores, ela conquistou espaço, ganhou a confiança da população e, aos poucos, se transformou em uma das políticas sociais locais mais bem elaboradas da história do Brasil. A Mumbuca possui uma peculiaridade que a torna autêntica, ela foi a primeira moeda social 100% eletrônica, rompendo paradigmas e abrindo um caminho de desenvolvimento tecnológico que transformou as finanças sociais no Brasil (SILVA & PEREIRA, 2023).

Até o ano de 2017, o cartão magnético trouxe a facilidade e a acessibilidade que a moeda precisava para ganhar a confiança da população e dos comerciários. Na prática, a população que era beneficiária do programa Bolsa-Mumbuca passou a usar um cartão magnético para receber seu benefício e pagar suas compras. Essa facilidade ajudou o comércio local a se desenvolver e diminuir o escoamento da renda para cidades vizinhas como Niterói e Rio de Janeiro.

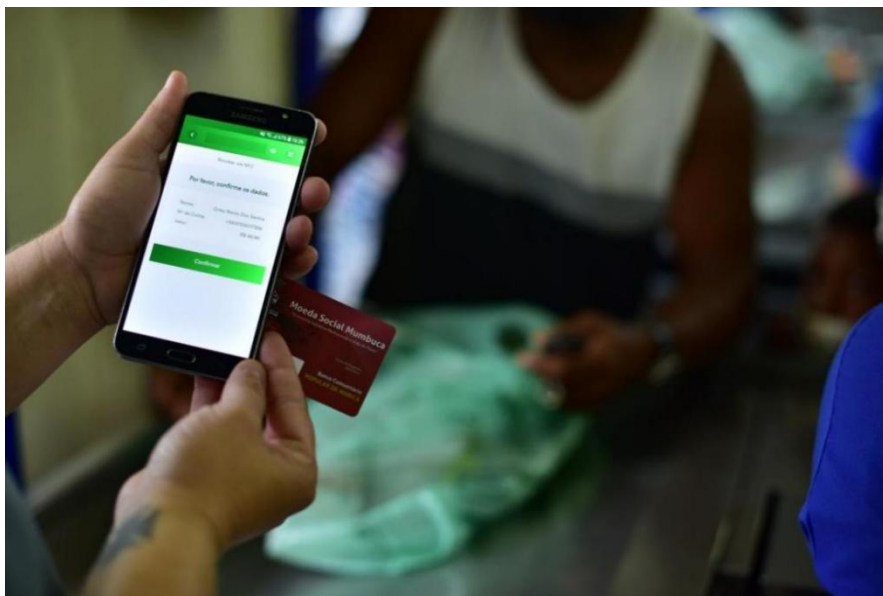
A partir de 2017, para reduzir o custo transacional para os comerciários, diminuindo a taxa de 3% para 2% e para garantir que todo esse recurso ficasse no ecossistema de finanças sociais, o Banco Mumbuca assume a operação da moeda, que até então estava com a empresa ValeShop, e coloca em funcionamento a plataforma e-dinheiro. Com a introdução da plataforma, foi possível expandir a operação da moeda social e toda a população e comércio, mesmo sem ser beneficiário do programa social, passaram a poder contar com uma conta digital, sem custo e com as principais funcionalidades de um conta corrente tradicional como, por exemplo, realizar transferências entre contas, pagar faturas, realizar compras pagando em Mumbuca, entre outros serviços financeiros. A esse respeito, Silva & Pereira (2023, p. 28) afirmam que “qualquer pessoa ou unidade comercial – até mesmo as informais – poderia fazer um cadastro no banco e ‘baixar’ o aplicativo, disponível para *smartphones*, bem como para uso e gerenciamento de sua conta”.

Para os beneficiários do programa social, com a introdução da plataforma e-dinheiro, eles passaram a receber o benefício nessa conta e a realização das compras ficou ainda mais fácil, não necessitando mais do cartão magnético, uma vez que, com a plataforma e-dinheiro o usuário ganhou a facilidade de poder pagar suas compras fornecendo para o comerciante apenas o número do CPF e, posteriormente, digitando sua senha individual no próprio aplicativo do comerciante.

Pelo lado dos comerciários, além da diminuição da taxa, a operacionalização das transações ficou também mais simples, não sendo mais necessário o uso de uma maquininha de cartão. Com a plataforma e-dinheiro os comerciários passaram a precisar apenas do aplicativo, no qual a transação é realizada dentro dele mesmo e a formalização é feita com CPF e senha do comprador.

Para os beneficiários que possuíam dificuldade de acesso ao aplicativo ou mesmo que quisessem continuar utilizando o cartão físico, o Banco manteve essa possibilidade⁸, entretanto o cartão deixou de ser magnético para passar a ser por aproximação, podendo, dessa forma, realizar a transação também pelo aplicativo do comerciante através da leitura do cartão via NFC do celular do comerciário, com a, posterior, digitação da senha individual do comprador. Dessa forma, quando um comércio vai receber em Mumbuca basta ele abrir o aplicativo e escolher uma das duas formas de recebimento ou por meio de CPF e senha ou via cartão, com leitura NFC, conforme mostram as Imagens 5 e 6.

Imagem 4 - Compra sendo paga no aplicativo via leitura de cartão



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá.

⁸ Vale ressaltar que no primeiro momento muitas pessoas não gostaram da ideia de não possuírem mais cartão magnético e preferiram continuar usando o cartão, mas agora com leitura por aproximação para poder realizar a leitura pelo NFC dos *smartphones*.

Imagem 5 - Aplicativo dos comerciários com as opções de recebimento



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá.

A plataforma e-dinheiro, com sua simplicidade e inclusão, conseguiu expandir a moeda Mumbuca por todo o município e, com o aumento das transações, a receita do Banco Mumbuca foi crescendo e dando a ele a capacidade de criar outros mecanismos de finanças sociais. O programa Crédito Popular Solidário foi criado com o intuito de atender a população excluída do mercado de crédito, e fornecer financiamento a juros zero. Segundo Coutinho (2020), o microcrédito ajudou a potencializar a Mumbuca no município e criou um círculo virtuoso, uma vez que o crédito era pago em moeda local, fazendo o cliente utilizar o recurso na própria cidade, gerando dessa maneira um retorno para o próprio banco através da taxa de 2% cobrada em toda transação (SILVA & PEREIRA, 2023).

Operacionalmente, o fato dos créditos e financiamentos do programa serem pagos na moeda Mumbuca obrigam os clientes terem de transacionar suas compras e pagarem em Mumbuca, dessa maneira, além das compras serem feitas somente em Maricá, desenvolvendo o comércio local, cada transação gera a taxa de 2% para o banco, que é paga pelo comerciante, logo se o Banco fez um empréstimo para um cliente no valor de 5 mil Mumbucas, ele terá o retorno de 2% desse valor via transações, ou seja 100 Mumbucas. Dessa maneira, se tornou possível realizar os empréstimos a juros zero, pois o banco possui a certeza de ter o retorno nas transações. Sobre o programa Crédito Popular Solidário, Silva & Pereira (2023, p. 27) afirmam que:

Seu objetivo é reverter a exclusão de parcela da população no mercado de crédito local, disponibilizando inicialmente duas linhas de financiamento, ambas a juro zero: para produção (Mumbucred), que pretende apoiar empreendimentos de qualquer porte (micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de trabalho); e para pequenas reformas de moradia (Casa Melhor).

Após a expansão da moeda e do programa de microcrédito, a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020 fez a prefeitura e o banco se mobilizarem para não deixar o dinamismo econômico do município cair. O benefício mensal subiu para 300 Mumbucas e foi criado o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT) que previa o pagamento de um salário mínimo em Mumbuca por três meses, passível de prorrogação por mais três, para autônomos e informais residentes do município, que possuíam renda familiar mensal de até R\$ 5 mil, comprovando que suas atividades foram afetadas pela pandemia. A estimativa é que foram colocados em circulação mais de 12 milhões de reais mensais.

Logo, a expansão dos programas sociais em Maricá ancorados no arranjo operacional das finanças solidárias criado ao longo dos anos, reforçados significativamente no contexto da pandemia de covid-19, permitiu não apenas uma gradativa consolidação da estratégia inovadora, como também garantiu uma quantidade considerável a cada mês de moeda social em circulação, potencializando a dinâmica econômica local até mesmo em um período de crise global. (SILVA & PEREIRA, 2023, p. 30)

A pandemia da Covid-19, apesar de ter instaurado uma crise econômica global, foi um período de expansão e ratificou a Mumbuca como a principal moeda social do Brasil. Dessa maneira, visando entender essa expansão em números, a próxima seção apresenta a evolução da moeda social em números.

4.2.2. As conquistas da Mumbuca em números

Desde o ano de 2017, quando o Banco Mumbuca assumiu a gestão da moeda social por meio do aplicativo e-dinheiro, foi criado um ecossistema de finanças sociais que se

expandiu de maneira muito rápida e conquistou um volume de operações no município de Maricá nunca antes visto no Brasil. A Tabela 1 apresenta a evolução no número de contas abertas, comércios credenciados e volume de consumo em Mumbuca.

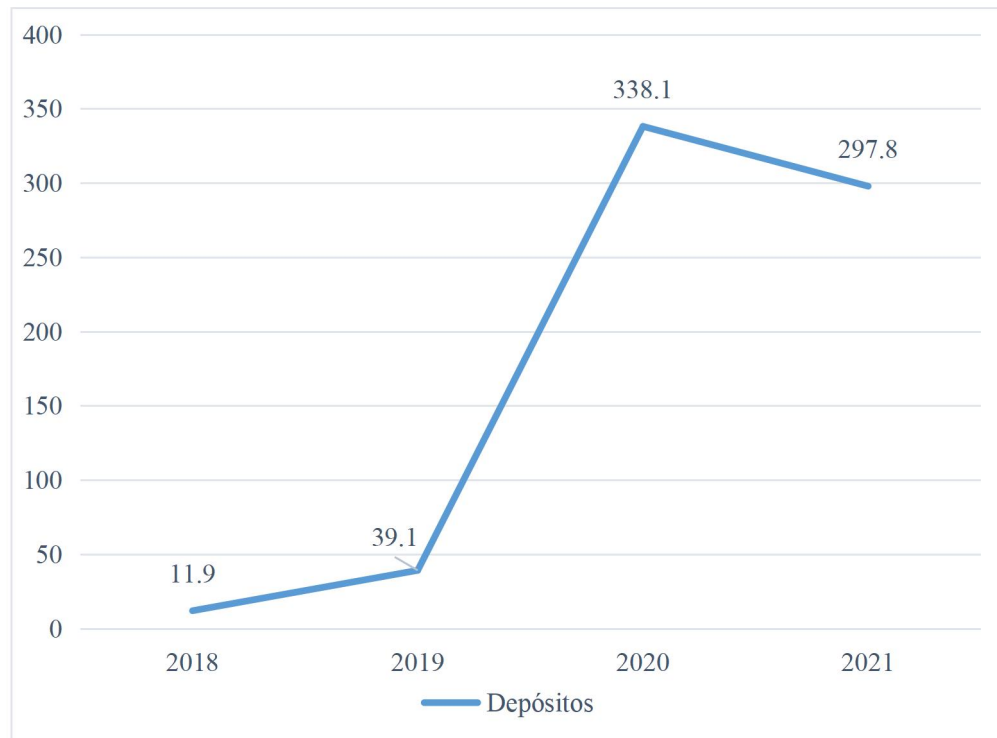
Tabela 1 - A evolução do alcance da moeda Mumbuca, 2018-2021

ANO	CONTAS DIGITAIS ABERTAS	COMÉRCIOS CREDENCIADOS	CONSUMO EM M\$
2018	22.532	1.491	12.368.380,77
2019	37.550	2.853	36.172.646,47
2020	62.459	8.972	254.403.346,66
2021	65.374	12.390	201.908.176,39

Fonte: Silva & Pereira (2023, p. 30). Elaboração própria.

Pela Tabela 1 é possível perceber que em três anos o número de contas triplicaram e de comércios credenciados cresceu exponencialmente, isso deve-se ao fato da livre utilização da moeda por qualquer cidadão de Maricá, ao programa de microcrédito e, no lado dos comércios, a diminuição da taxa para 2% sobre as transações, tornando a Mumbuca um meio de pagamento mais atrativo para os comércios de médio e grande porte. O destaque são os anos de 2020 e 2021, quando o crescimento foi bem acima da média em virtude do aumento da renda distribuída pela prefeitura para fazer frente à pandemia da Covid-19. O aumento no número de contas abertas e de comércios credenciados fizeram o número de depósitos à vista também aumentar, como mostra o Gráfico 2.

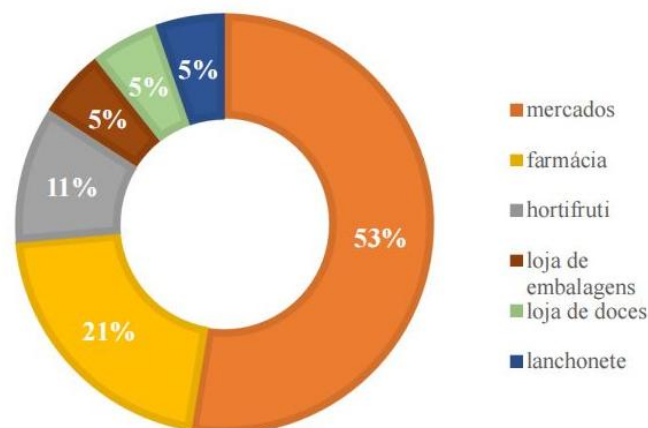
Gráfico 2 - Volume de depósitos no Banco Mumbuca (R\$ Milhões), 2018-2021



Fonte: Instituto E-dinheiro Brasil (2022). Elaboração Própria.

Como foi visto na seção anterior, a diminuição da taxa ocorrida em 2018, de 3% para 2% sobre as transações, atraiu muitos comércios de médio e grande porte que até o ano de 2017 não participavam do circuito de compras da moeda Mumbuca. O Gráfico 3 apresenta os tipos de comércio com o maior número de transações em Mumbuca no ano de 2021.

Gráfico 3 - Tipos de comércio com maior número de transações em Mumbuca, 2021

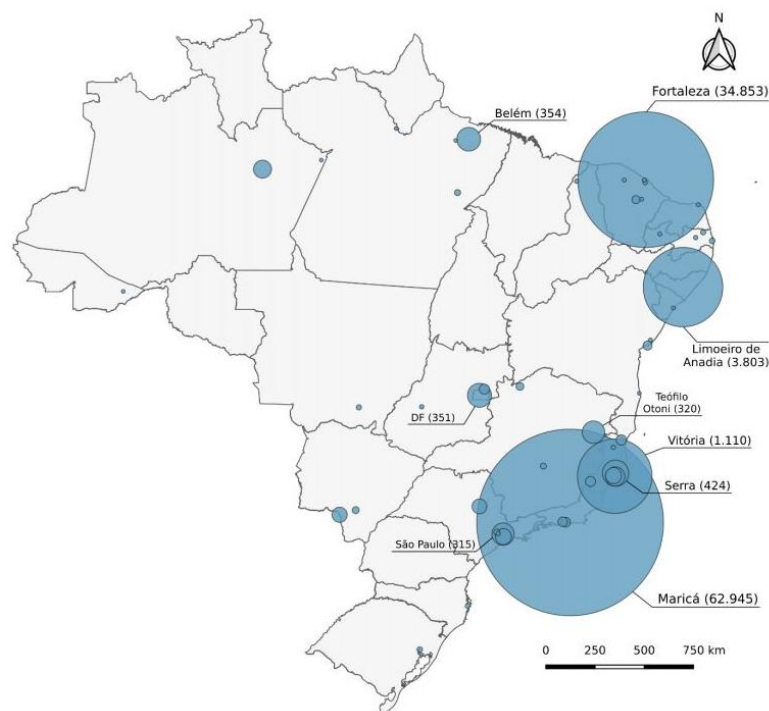


Fonte: Pupo (2021).

Pelo Gráfico 3, é possível perceber a força dos mercados no volume de transações em Mumbuca. Sobre esse fato é possível tirar duas conclusões. A primeira é que a redução da taxa de transação para 2% era algo realmente necessário, uma vez que os mercados eram os mais prejudicados por possuírem taxas menores com as empresas que operam cartões de crédito no mercado tradicional. Já a segunda conclusão é sobre o padrão de consumo das famílias que utilizam a Mumbuca, cujo percentual é 85% em comércios de primeira necessidade (mercados, farmácias e hortifruti) e somente 15% em comércios que não são de primeira necessidade, mostrando, dessa maneira, que a Mumbuca é capaz de garantir o sustento de diversas famílias de baixa renda.

Quando comparada com as outras moedas sociais que já existiam no Brasil, a Mumbuca se destaca pelo volume de transações e pela quantidade de clientes que são maiores, inclusive, que a moeda Palma, criada 15 anos antes, em 1998. Esse rápido crescimento se deve a três fatores: (i) *escalabilidade da plataforma e-dinheiro*; (ii) *programas sociais atrelados à moeda*; e (iii) *Livre utilização da moeda*, mesmo para municípios que não recebiam o benefício social. O Mapa 2 apresenta a quantidade de clientes cadastrados na plataforma e-dinheiro no ano de 2021.

Mapa 2 - Quantidade de clientes cadastrados na plataforma e-dinheiro, 2021



Fonte: Pupo (2021, p. 118).

A esse respeito, Pupo (2021, p. 118) afirma que 63% de todos os clientes cadastrados na plataforma estão ligados ao Banco Mumbuca e que 79% de todos os estabelecimentos cadastrados também são de origem desse banco. Esse fato se deve ao pioneirismo do banco na utilização da plataforma e às políticas sociais que são desenvolvidas junto à moeda.

Com esse rápido crescimento e alcance, a Mumbuca se tornou a maior moeda social brasileira em termos de quantidade de clientes e em termos de volume de transações. Esse fato fez com que o Banco Mumbuca se tornasse o BCD de maior sucesso nacional ao aperfeiçoar e inovar, em uma escala nunca vista no Brasil, a metodologia criada em 1998 pelo Banco Palmas.

Maricá tornou-se um caso paradigmático de arranjos inovadores de política social, consolidando-se como um novo modelo difusor, ao despertar o interesse de governos e organizações de pesquisa do Brasil e do mundo. Não por acaso, é possível identificar experiências lançadas em outros municípios aos moldes de Maricá. (SILVA & PEREIRA, 2023, p. 31)

Mais do que a maior em volume de clientes e transações, a Mumbuca se tornou referência para diversas outras moedas sociais que surgiram após o seu sucesso. Alguns exemplos estão dispostos no Quadro 8, com seus respectivos municípios e estados de origem e a lei municipal que as instituíram.

Quadro 8 - Moedas sociais criadas após a experiência da Mumbuca

MUNICÍPIO	ESTADO	MOEDA SOCIAL	LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO
Limoeiro de Anadia	AL	Livre	Lei nº 173, de 3 de abril de 2018
Itaboraí	RJ	Pedra Bonita	Lei nº 2.867, de 16 de abril de 2021
Itabira	MG	Facilita	Lei nº 5.271, de 3 de maio de 2021
Porciuncula	RJ	Elefantina	Lei nº 2.378, de 29 de junho de 2021
Cabo Frio	RJ	Itajuru	Lei nº 3.286, de 1º de julho de 2021
Niterói	RJ	Arariboia	Lei nº 3.621, de 30 de julho de 2021
Saquarema	RJ	Saqua	Lei nº 2.189, de 28 de janeiro de 2022
Indiaroba	SE	Aratu	Lei nº 645, de 23 de fevereiro de 2022

Iguaba Grande	RJ	Caboclinho	Lei nº 1.403, de 15 de março de 2022
Itanhandu	MG	Tonites	Lei nº 1.494, de 14 de abril de 2022

Fonte: Site Instituto Palmas. Elaboração Própria

Hoje, passados 10 anos da criação da Mumbuca na cidade de Maricá, é possível perceber que uma política pública, quando bem organizada e gerida é capaz de promover o desenvolvimento local e geração de emprego e renda. A Mumbuca se tornou mais que uma moeda social, hoje ela é um modelo de sucesso que consegue manter no município toda renda gerada, fazer microcrédito, distribuir renda e incluir a população financeiramente excluída e tudo isso de maneira sustentável. A próxima seção apresenta o papel do setor público nesse sucesso da Mumbuca.

4.3. O papel do setor público no sucesso da Moeda Mumbuca

Como visto ao longo dessa seção, a Mumbuca foi criada em 2013 pela prefeitura de Maricá para ser uma ferramenta que impedisse que a renda distribuída para a população escoasse para as cidades vizinhas que possuíam comércios mais desenvolvidos que o de Maricá. Entretanto, apesar da Mumbuca ter sido criada por uma prefeitura, nem todas as moedas sociais possuem suas origens no setor público, pelo contrário, a maioria são desvinculadas das prefeituras, possuindo sua origem nos clubes de trocas e nos BCD.

Apesar disso, a presença atuante do poder público, no caso da Mumbuca, trouxe possibilidades de expansão e crescimento que nenhuma outra moeda social havia conseguido atingir no Brasil. O investimento inicial, a criação do bolsa Mumbuca e as parcerias viabilizadas pela prefeitura (Instituto Palmas e ValeShop) fizeram a moeda ganhar a confiança e a credibilidade que necessitava para expandir e ganhar espaço no mercado. Em suma, o poder público teve papel crucial na criação, estabilização e crescimento da Mumbuca.

Nesse sentido, é preciso analisar quais foram os fatores e os motivos que fizeram com que uma moeda social, altamente atrelada ao setor público, se transformasse na maior e mais importante moeda social do Brasil. Silva & Pereira (2023) apresentam dois casos pioneiros ao de Maricá, no qual os BCD foram fundados baseado em parcerias com as respectivas prefeituras dos municípios de origem: Banco dos Cocais, fundado em 2007 em São João do Arraial - PI, e Banco Capivari, fundado em 2010 em Silva Jardim - RJ.

O Banco dos Cocais, assim como o Banco Mumbuca, tem sua origem em um projeto da própria prefeitura. Na época, o município passava por um período de dificuldade de acesso a crédito pelos empreendedores locais, diante disso, o prefeito da época, Francisco das Chagas Lima (2005-2012), realizou uma reunião para a população propor possíveis soluções e umas delas foi a criação de um banco comunitário aos moldes do Banco Palmas (COSTA, 2011).

Com isso, o Banco dos Cocais foi fundado no dia do aniversário da cidade, em 12 de dezembro de 2007 e o projeto chamou tanta atenção que no dia seguinte à inauguração todo o estoque de Cocais (C\$) criado já estava em circulação. Segundo Silva & Pereira (2023, p. 20), “a população do município também passou a poder acessar pequenos empréstimos no valor de até C\$ 50,00, o que acabou constituindo-se em uma das principais formas de injetar a moeda social em circulação”.

A parceria com a prefeitura foi fundamental para a viabilização inicial do banco. Inicialmente, ela cobriu todos os custos com a implementação e manutenção das atividades do banco como, por exemplo, o custo com o aluguel da sede, pagamento de funcionários e empréstimos de móveis. Além disso, visando dar segurança jurídica ao banco foram criados dois Projetos de Lei (PL) no município: (i) *Lei n° 112/2007*, que formalizou a parceria da prefeitura com o Banco dos Cocais, contando, ainda, com a assistência do Instituto Palmas; e (ii) *Lei n° 114/2007*, que criou o Fundo Municipal de Microcrédito e Apoio à Economia Solidária (Fumaes), que dava permissão para a prefeitura destinar recursos orçamentários ao banco com a finalidade de lastrear a emissão de Cocais e financiar políticas de geração de renda e trabalho. Em suma, esses dois PL inovaram a gestão pública do município e colocaram o banco em um modelo sustentável capaz de apoiar projetos sociais, deixando de ser um mero repassador de recursos públicos (SILVA & PEREIRA, 2023).

Alguns anos após a fundação, a prefeitura começou a pagar os funcionários públicos na moeda local e o Banco dos Cocais também conseguiu a autorização do governo estadual para ser o dispositivo de implementação de microcrédito por meio da Agência PiauÍ Fomento. Essa expansão da participação e das parcerias com o setor público ajudaram o Banco dos Cocais a se desenvolver e conquistar espaço entre as principais moedas sociais.

Imagem 6 - Sede do Banco dos Cocais



Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Arraial

O segundo banco pioneiro, citado por Silva & Pereira (2023) é o Banco Capivari da cidade de Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro. Assim como o Banco dos Cocais e o Banco Mumbuca, o Banco Capivari também possui suas origens em um projeto da prefeitura de sua cidade com o apoio consultivo do Instituto Palmas. Na época, a cidade de Silva Jardim contava com os piores indicadores sociais do estado do Rio de Janeiro e apresentava decréscimo populacional. Diante disso, a prefeitura decidiu criar o banco, com o intuito de produzir desenvolvimento social e econômico na cidade.

Com isso, a prefeitura cedeu o local no centro da cidade e os funcionários para iniciar o funcionamento do banco que ocorreu em 2010. Nos primeiros anos o banco funcionou como correspondente autorizado do Banco do Brasil, possibilitando aos usuários a possibilidade de realizar serviços financeiros básicos, como pagamento de contas, saques e depósitos. Além disso, o banco começou a realizar microcrédito orientado e alguns serviços públicos foram vinculados à moeda como a criação de uma linha de transporte urbano, cuja tarifa era de C\$ 1,00 e a compra direta de agricultores locais para a distribuição de cestas básicas (SILVA & PEREIRA, 2023).

Imagem 7 - Sede do então Banco Capivari



Fonte: Mapa de Cultura - Secretaria Estadual de Cultura - Rio de Janeiro

Apesar do crescimento e sucesso do Banco Capivari, em 2011 toda a parceria entre a prefeitura e banco foi comprometida, após o então prefeito e idealizador do banco não ser reeleito. A nova gestão, que tomou posse em 2012, optou por descontinuar o banco.

Segundo relato do diretor do Instituto Palmas, um dos apoiadores do projeto, até as cédulas de papel que estavam no cofre foram confiscadas. Esse instituto ainda manteve um agente de crédito contratado para acompanhar os financiamentos que já haviam sido firmados, mas, sem a parceria com a prefeitura, não foi possível manter as atividades conforme projetado. (SILVA & PEREIRA, 2023, p. 24)

Diferente do Banco Capivari, o Banco dos Cocais e o Banco Mumbuca sempre estiveram em um cenário de estabilidade na administração pública local, no qual a mesma origem partidária vem se mantendo no governo desde suas fundações, 2007 o dos Cocais e 2013 o Mumbuca.

Diante disso, é preciso levar em consideração que, apesar do apoio público ser peça fundamental na criação e perpetuidade de um banco comunitário e de uma moeda social, essa própria presença pública causa risco político para o banco e a moeda como instituições. Ou

seja, quando o partido político responsável pela fundação do banco e da moeda permanece no poder todos os esforços serão direcionados para a prosperidade do banco e da moeda, como são os casos do Banco Mumbuca e do Banco dos Cocais, entretanto, quando ocorre mudança de partido, o esforço não é o mesmo e, se o banco e a moeda ainda não são auto-sustentáveis a tendência é que eles percam força ao ponto de deixarem de existir, como é o caso do Banco Capivari.

Nesse sentido, bancos comunitários e moedas sociais dependentes do poder público estão sempre vulneráveis às trocas de poder, logo cabe a esses bancos buscarem a independência e a sustentabilidade financeira para dependerem cada dia menos das prefeituras locais.

O Banco Mumbuca, até em virtude tempo de perpetuidade da mesma origem partidária no poder, conseguiu nos últimos anos alcançar sua independência financeira e atualmente não mais depende de repasses da prefeitura, toda a receita advém da atividade do próprio banco, o que garante certa estabilidade e menor risco quando o poder trocar de origem partidária. Apesar disso, é importante ressaltar que, apesar da autossustentabilidade do banco, a prefeitura ainda possui papel importante, uma vez que muitos benefícios da prefeitura são pagos em Mumbuca, o que garante maior volume de transações e, conseqüentemente, maior receita ao banco. Entretanto, mesmo com uma possível mudança partidária de poder, retirar os benefícios seria algo muito difícil, pois é um direito conquistado pela população. A esse respeito, N. S.⁹, diretora financeira do Banco Mumbuca, afirma:

No sentido dos benefícios, não acabariam, porque são direitos conquistados pelo povo. Mesmo que troquem de partido não conseguem tirar isso. Nem a oposição cogita tirar os benefícios, tanto que na campanha da última eleição eles colocaram nas propostas a ampliação do projeto.

Com isso, passados hoje 10 anos da fundação do Banco Mumbuca e da criação da moeda social, os maiores desafios que o banco vai encontrar é depender cada dia menos do poder público, estando cada dia mais independente. Nesse sentido, um marco legal da moeda Mumbuca é cada vez mais importante dentro do município para manter a independência e perpetuidade da moeda. Além disso, é preciso, mesmo frente ao crescimento e expansão, manter as origens e princípios, afinal a moeda foi criada com o objetivo de romper com o

⁹ Transcrição da entrevista de N. S., concedida em 28 de abril de 2023 (*vide* Apêndice C).

escoamento de renda e trazer inclusão financeira. Sem dúvidas, o Banco Mumbuca é o *case* de maior sucesso brasileiro, uma vez que uniu distribuição de renda, desenvolvimento local, acesso ao crédito e inclusão financeira, se tornando uma experiência única, autêntica e inovadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou desenvolver uma investigação teórico-empírica sobre o impacto socioeconômico das moedas sociais digitais nas economias locais e sua capacidade de ser uma ferramenta de inclusão financeira. Pode-se dizer que esse objetivo foi alcançado mediante a explanação do referencial teórico nas seções 2 e 3 e no estudo de caso da moeda Mumbuca, presente na seção 4.

O sistema financeiro está inserido em um contexto paradoxal, uma vez que de um lado é possível presenciar inúmeras soluções financeiras que as instituições disponibilizam no mercado, mas que, concomitantemente, existem diversas pessoas que são excluídas e ficam à margem do mercado financeiro, não tendo a possibilidade de ter acesso à essas soluções. Essa exclusão financeira é toda barreira de acesso aos serviços financeiros básicos como, por exemplo, conta corrente, cartões de crédito, consórcios, empréstimos, financiamentos, entre outros. Essa exclusão é prejudicial, uma vez que ela prejudica o fluxo de renda, os estoques de riqueza e a alavancagem via crédito, tanto das famílias excluídas, como das pequenas empresas.

É nesse cenário de exclusão financeira que surgem as instituições e organizações de finanças sociais, que buscam suprir as demandas que o sistema tradicional é incapaz de atender. E dentre as inúmeras formas de FS, as moedas sociais é a que vem ganhando mais espaço nos últimos anos. Elas são uma ferramenta de troca e meio de pagamento que circula juntamente com a moeda oficial do país com a finalidade de incluir grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional.

É preciso compreender que municípios pequenos, frequentemente, possuem um comércio pouco desenvolvido, com poucas opções e preços mais caros. Esse fato faz com que os munícipes prefiram gastar suas rendas em cidades vizinhas que possuem um comércio mais desenvolvido. Entretanto, essa simples preferência cria um ciclo vicioso que deixa o comércio local fadado a nunca se desenvolver, prejudicando a geração de emprego e renda no município, uma vez que toda a renda gerada localmente escoar para cidades maiores.

É nesse cenário que a moeda social, com sua característica de circulante local, é utilizada como barreira para evitar esse escoamento de renda e se torna uma ferramenta de desenvolvimento local, pois a moeda serve como uma “trava” que obriga as pessoas gastarem suas rendas no comércio local. Dessa forma, o principal objetivo das moedas sociais é estimular as famílias a despenderem suas rendas localmente, para criar uma poupança local capaz de gerar mais desenvolvimento, mais emprego e mais renda na comunidade local.

No ano de 2013 é justamente esse problema que a cidade de Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, enfrentava. Por estar a menos de 60 km do centro do Rio de Janeiro, até o ano de 2013 muitos municípios gastavam a renda gerada em Maricá no centro da capital do estado. Para romper com esse escoamento de renda, a prefeitura decidiu fazer uma parceria com o Banco Palmas para começar a fazer o pagamento de um benefício social por meio de um circulante local. Em dezembro de 2013 é criada a Mumbuca, primeira moeda social totalmente digital do Brasil.

A Mumbuca, em quase 10 anos de existência, conseguiu contornar as inúmeras dificuldades que enfrentou. No início a desconfiança e falta de credibilidade por ser uma nova moeda atrelada à prefeitura foram os maiores desafios. Segundo N. S., diretora financeira do Banco Mumbuca, para passar credibilidade e confiança para a população eles faziam “o que chamavam de arrastão do Mumbuca, que era justamente pegar a rua de um bairro e ir em todos os comércios fazer a visitação, era um trabalho de formiguinha para os comerciantes aceitarem”. Para ela, a presença próxima da população foi o diferencial para passar credibilidade e confiança.

Outras dificuldades foram surgindo ao longo dos anos, como a pandemia da Covid-19, entretanto todas essas dificuldades foram sendo contornadas e a moeda conseguiu se expandir e crescer no município. Hoje, são raros os comércios que não aceitam a Mumbuca e a moeda já passou a fazer parte do dia-dia da comunidade local.

Com a introdução da plataforma E-dinheiro, os comerciantes informais foram incluídos na moeda social e ela passou por um processo de democratização, liberando para que todos maricaenses passem a poder contar com uma conta digital, acessando todos os benefícios da moeda. Essa medida incluiu a população e os pequenos comerciantes financeiramente excluídos e conseguiu promover desenvolvimento local.

Em suma, o sistema financeiro tradicional tem tomado rumos cada vez mais excludentes, no qual o risco de crédito tem cada vez mais colocado a população de baixa renda e os pequenos comerciantes às margens do sistema sem acesso a produtos financeiros, como créditos e financiamentos. Nesse cenário, os bancos comunitários e suas moedas sociais vem demonstrando uma grande capacidade de ser uma ferramenta de inclusão financeira e promotora de desenvolvimento local. A trajetória histórica do Banco Mumbuca confirma que é possível alcançar desenvolvimento local e promover a inclusão financeira de grupos excluídos, além de ratificar que as moedas sociais podem ser um modelo alternativo, social e

solidário, nas relações financeiras e ser, portanto, instrumento de inclusão, promovendo um desenvolvimento econômico mais justo, igualitário, humano e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro – 2008*. Banco Central do Brasil (BCB). Brasília. Ano 3. Nº 29. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *VII Seminário Banco Central sobre microfinanças*. Belo Horizonte/MG. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Cidadania Financeira – 2018*. Banco Central do Brasil (BCB). Brasília. 2019.
- BENATO, J. O ABC do cooperativismo. ICA/OCESP: São Paulo/SP. 1994
- BÚRIGO, F. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. Florianópolis, SC, fev, 2001.
- BÚRIGO, F. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89011?show=full>. Acessado em: 21/05/2022.
- CARVALHO, C.; ABRAMOVAY, R. *O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro*. In SANTOS, C. (Org). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: SEBRAE, p. 17-45, 2004.
- CEPERJ. Produto Interno Bruto dos Municípios. Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ. Dezembro. 2020.
- COELHO, F. *A história das finanças solidárias*. –João Pessoa/PB: ANPUH–XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2003. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.253.pdf>. Acessado em: 01/04/2021.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU. *Evolução recente da economia social na União Europeia*. Bruxelas: Síntese, 2017.
- COSTA, A. B. *Banco dos Cocais: uma experiência inovadora de bancos comunitários*. In: MORAIS, L. P.; COSTA, A. B. (Org.). *Novos paradigmas de produção e consumo*. São Paulo: Instituto Polis, 2011.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. “*Financeirização*” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 137–150, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643156>. Acesso em: 02/01/2023.

COUTINHO, R. *Bancos comunitários como estratégia de desenvolvimento local: o caso do Banco Mumbuca*. In: LAGO, L; MELLO, I.; PETRUS, F. (Org.). *Da cooperação na cidade à cidade cooperativa*. Marília: Lutas Anticapital, 2020

INSTITUTO E-DINHEIRO BRASIL. Balanço 2018 a 2021. Rede de Bancos Digitais Solidários. Maricá/RJ. 2022. Acessado em 24/01/2023. Disponível em: <https://institutoedinheiromarica.org/balanco-2018-2021>

FARIA, L. *Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (Pré)Histórias: tensões e mediações com Estados mercados e tecnologias*. Tese de doutorado. UFRJ. 2018.

FARIA, L. et al. *Digitalizações de moedas sociais brasileiras e desafios de governanças comunitárias: os requisitos, os códigos e os dados*. Boletim Mercado de Trabalho, Ipea, nº 67, outubro de 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9956>. Acesso em: 02/02/2023.

FRANÇA FILHO, G. *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais*. Repositório UFBA: Salvador/BA, 2002.

FRANÇA FILHO, G. *Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação*. Porto Alegre: Civitas, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.

FRANÇA FILHO, G.; SILVA JR, J. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)*. In CATTANI, A. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*: Edições Almedina, 2009, p. 31-37. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acessado em: 02/06/2022.

FREITAS, H; EGYDIO, O. *Programa Moeda Social Mumbuca: Inovação Social, Digital e Econômica*. Projeto Conexão Local - GVPesquisa, p. 27, 2014.

FTFS - FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. *Finanças Sociais: Soluções Para Desafios Sociais e Ambientais*. 2021.

GAIGER, L. *Antecedentes e expressões atuais da economia solidária*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. *A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária*. Nova economia, v. 31, p. 157-183, 2021.

GARCIA, T. *Risco de concentração de crédito em portfólio de pessoas físicas: uma abordagem utilizando Teoria de Redes*. 2020.

GASPARINI, G.; PROSPERO, A. *ICT and Ethical Finance: Fostering Social Innovation and Financial Inclusion*. CIRIEC-Université de Liège No. 1911. 2019.

GIL, A; et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

INSTITUTO BANCO PALMAS. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma rede sobre o controle da comunidade*. Instituto Banco Palmas. Fortaleza/CE. 2006.

INSTITUTO BANCO PALMAS. *A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro*. Instituto Banco Palmas. Fortaleza/CE. 2015.

JAYO, M; POZZEBON, M; DINIZ, E. *Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas*. Canadian Journal of Regional Science, v. 32, n. 1, p. 115, 2009.

LAACHER, S. *Les systèmes d'échanges locaux: quelques éléments d'histoire et de sociologie*. 2000.

LEYSHON A, THRIFT N. *Financial Exclusion and the Shifting Boundaries of the Financial System*. Environment and Planning A: Economy and Space. 28(7):1150-1156. doi:10.1068/a281150. 1996.

LIETAER, B. *Brève histoire des systèmes d'échange local*. 2000. Disponível em: <http://www.selidaire.org/liste/dpt13/selmart/histosel.htm>. Acessado em: 12/07/2022.

MANCE, E. *Redes de colaboração solidária*. Curitiba: Ufil, 2002.

MANCE, E. *Economia Solidária, Revolução Global e Sociedades Pós-Capitalistas*. IFIL, Curitiba, 2007.

MARCONI, M; LAKATOS, E. *Fundamentos de metodologia científica*. atlas, 2003.

MEINEN, E.; PORT, M. *Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios: De cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado*. Simplissimo Livros Ltda, 2021.

MELO, L. *Muito além do Real*. Rio de Janeiro/RJ: Projeto Colabora. Publicado em 7 de dezembro de 2021. 2021. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods1/muito-alem-do-real/>. Acessado em: 14/07/2022.

MOLLICK, E. *The dynamics of crowdfunding: An exploratory study*. Journal of Business Venturing 29, 1–16, 2013.

MONTEIRO, M. *Crowdfunding no Brasil: uma análise sobre as motivações de quem participa*. Tese de Doutorado. 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13384/Dissertacao%20-%20Monica%20Penido%20Monteiro%20-%20Versao%20Final_aprovada.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31/05/2022.

MONZONI, M. *Impacto em renda do microcrédito*. Editora Peirópolis, 2008.

MOODY, C.; FITE, G. *The Credit Union Movement: Origins and Development 1850-1970*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1971.

MORAIS, L. *As políticas públicas de economia solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286124>>. Acesso em: 08/04/2021.

MORAIS, L. A Internacionalização da economia social e solidária no âmbito da organização das Nações Unidas: uma breve retrospectiva. 2021.

MOSTAGI, N. *et al. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local*. Interações (Campo Grande), v. 20, p. 111-124, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/R4GKj3p5vTctvpJ73sN9fGJ/?format=pdf&lang=pt><https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acessado em: 13/06/2022.

DE OLIVEIRA, V.; PINHEIRO, J. *Gestão de riscos no mercado financeiro*. São Paulo/SP: Saraiva Educação SA, 2018.

OWEN, R. *O livro do novo mundo moral*. In: TEIXEIRA, A. (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.101-146.

PAIVA, V. *Dilemas e perspectivas de institucionalização das finanças solidárias: a experiência dos bancos comunitários no Ceará*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. 2015.

PINHEIRO, M. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. 2008.

PIRES-ALVES, C.; PONDÉ J.; RIBEIRO E.; PRADO L.; BARBOSA G. *Inclusão financeira: conceituação, relação com características observadas e o perfil dos excluídos no Brasil*. São Paulo: Instituto ProPague, 1ª ed. 2020. Disponível em: <https://institutopropague.org/livros/ebook-inclusao-financiera-e-o-perfil-dos-excluidos-no-brasil>. Acessado em: 30/03/2021.

PUPPO, C. *Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2021.

RBBC - REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. *II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários*. Caucaia-CE: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social. 2007. Disponível em: http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/relatorio_do_II_encontro_rede_de_bancos.pdf. Acessado em: 20/06/2022.

- RIGO, A. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas*. Unpublished doctoral dissertation. Federal University of Bahia, Salvador, 2014.
- RORATO, L. *Cooperativismo de crédito: uma alternativa social e solidária nas relações financeiras*. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara/SP, 2020.
- SANTOS, V. *Concepções históricas da economia solidária*. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.
- SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1911.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores S.A., 1942.
- SILVA, S; PEREIRA, C. *Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do banco Mumbuca (Maricá-RJ)*. Ipea: Texto para discussão. 2023.
- SINGER, P. *Clubes de Trueques y Economía Solidaria Trueque*. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2002.
- SINGER, P. *Por um sistema financeiro social*. São Paulo: Folha de São Paulo, abril, 2007.
- SINGER, P; FELTRIM, L; VENTURA, E; DOLD, A. *Finanças solidárias e moeda social. Brasília: Banco Central do Brasil. 2009. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf>. Acessado em: 29/03/2021.*
- YAMINI, A.; BHAT, S. *Responsible Finance: Concepts and Challenges*. MicroSave Briefing Note # 128. 2012.
- YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: ática, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mostra de imagens de moedas sociais



Walra - Primeira moeda comunitária do mundo, criada em 1931, na Alemanha. Foi proibida pelo Banco Central do país.

Fonte: Rigo (2014)



Chiemgauer - Moeda alemã de maior sucesso. Serviu de exemplo para outras moedas sociais na Alemanha e na Europa.

Fonte: Rigo (2014)



Palmas - Primeira moeda social brasileira, criada em 1998 no Conjunto Palmeiras, bairro pobre do município de Fortaleza, Ceará.

Fonte: Rigo (2014)



Par - Moeda social criada em 2004 pelo Banco Comunitário de Paracuru, no Ceará, sob a orientação do Instituto Banco Palmas.

Fonte: Rigo (2014)



Bem - Moeda social criada em 2006 pelo Banco Comunitário do Morro de São Benedito (Banco Bem) do município de Vitória, ES. Também contou com orientação do Banco Palmas.

Fonte: Rigo (2014)



Cocais - Moeda social do município de São João do Arraial, Piauí, vinculada ao Banco Comunitário dos Cocais. Também recebeu apoio do Banco Palmas e considerável apoio da prefeitura local.

Fonte: Rigo (2014)



Gostoso - Moeda social criada em 2011 pelo Banco Solidário do Gostoso, na cidade de São Miguel do Gostoso, RN.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso



Prata - Moeda social vinculada ao Banco Empreendedores de Maranguape, município da região metropolitana de Fortaleza, CE. Lançada em 2006, também é fruto da orientação do Banco Palmas.

Fonte: Rigo (2014)

APÊNDICE B – Mostra de imagens das moedas sociais do Banco Mumbuca



1º Cartão - Gerido pela ValeShop, funcionou desde a criação da moeda até 2018, quando deu lugar à plataforma e-dinheiro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá



2º Cartão - Gerido pelo próprio banco em parceria com a plataforma e-dinheiro, funciona desde o final de 2017 e está até hoje em circulação.

Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá

APÊNDICE C – Entrevista com N. S.

N. S., Diretora Financeira do Banco Mumbuca

28 de abril de 2023, Maricá/RJ

Início: 16h

Boa tarde N. S., gostaria de iniciar essa entrevista agradecendo a oportunidade e dizer que é um enorme prazer estar te entrevistando, pois admiro muito o trabalho que vocês desenvolvem no município de Maricá. Primeiramente, gostaria de compreender qual a função que você exerce atualmente no banco e desde quando?

N. S. - Eu tenho uma trajetória bem longa dentro do banco, desde o início mesmo, sendo uma das primeiras funcionárias a ser contratada, logo no início de 2014. Eu entrei como agente de desenvolvimento no período em que estava sendo incubado pelo Banco Palmas. Nesse início trabalhei na parte administrativa do banco e em 2016 passei a ser subcoordenadora de gestão. Em 2017, nasceu de fato o Banco Mumbuca, a Associação Banco Comunitário Popular de Maricá, fui uma das fundadoras e primeira presidente do banco, ficando até fevereiro de 2021, quando me tornei diretora financeira.

No início de 2014 você foi contratada como funcionária pública pela prefeitura para ser agente de desenvolvimento?

N. S. - Não, não, nunca fui funcionária pública. No período de incubação feita pelo Banco Palmas, a prefeitura fez o convênio com o banco e ele fez o processo seletivo para contratação dos primeiros funcionários. Eu passei no processo e fui contratada CLT pelo Banco Palmas. Hoje, inclusive, nenhum funcionário do Banco Mumbuca é funcionário público, parte dos funcionários são contratados pelo E-dinheiro e a outra parte são contratados diretamente pelo Banco Mumbuca.

Como o banco e a prefeitura conseguiram passar credibilidade e segurança para a população e os comerciantes ao lançar uma nova moeda no mercado?

N. S. - No início, pelo fato de não haver outros serviços, era apenas o atendimento dos beneficiários que recebiam o benefício, então muitas pessoas ficavam inseguras, principalmente os comerciantes que pensavam ser mais uma política da prefeitura. Eles não

entendiam que existia um projeto muito maior por trás. Outro problema é que nesse período da ValeShop demorava de 30 a 40 dias para que o dinheiro entrasse para o comerciante e entrava em reais, então eles achavam que ficavam no prejuízo, pois não conseguiam repor a mercadoria que era vendida na moeda. Então, eram muitos questionamentos assim e nossa equipe era muito pequena, mas para vencer isso fizemos muitas ações na comunidade, a gente tirava sábado ou depois do horário com a prancheta no braço e fazia o que chamava de arrastão do Mumbuca, que era justamente pegar a rua de um bairro e ir em todos os comércios fazer a visitação, era um trabalho de formiguinha para os comerciantes aceitarem.

Na sua opinião, quais foram os fatores determinantes para a moeda se consolidar no município?

N. S. - Para superar isso, foi justamente esse trabalho de estar mais perto da comunidade, de procurar estar sempre fazendo as visitas, aproximar mesmo. Mas só ficou fluido mesmo quando tivemos uma estrutura de banco, com todos os outros serviços e que teve uma democratização da utilização da moeda em 2017.

Qual foi a importância da ValeShop nesse processo de consolidação da Mumbuca?

N. S. - A importância foi dar início ao pensamento da tecnologia digital na moeda social. Porque foi, de certa forma, o pentapé inicial da moeda social de Maricá, totalmente digital. Na época, não havia uma tecnologia dos bancos comunitários para fazer essa forma de transação, foi necessário a presença da ValeShop para dar transparência, facilitar e, também, diminuir custos, porque a cédula em si tem um custo bem caro.

A transição da ValeShop para a plataforma e-dinheiro foi aceita rapidamente pela população?

N. S. - O processo de transição se deu junto com uma atualização cadastral dos benefícios, então nós fizemos uma grande ação que durou meses, então ficou sendo utilizada a plataforma e-dinheiro e a ValeShop em paralelo. O primeiro dia de recadastramento foi dia 28 de novembro de 2017 e foi até junho de 2018, funcionando em paralelo ValeShop com e-dinheiro até junho de 2018. Portanto, não foi uma transição agressiva, mas também foi um processo de formiguinha, porque também a gente teve que fazer a capacitação com os empreendimentos. Fizemos várias reuniões com eles para explicar a necessidade de migração de plataforma, como funcionaria o pagamento e o que seria necessário para aceitar a moeda.

Algumas pessoas possivelmente não possuíam acesso a um *smartphone*, nesse caso, existia a preocupação da plataforma e-dinheiro não ser acessível para toda a população? Como o banco lidou com isso?

N. S. - Sim, quando as pessoas iam buscar os novos cartões com a função NFC, a gente já fazia uma oficina para eles aprenderem a usar e também ensinava as funcionalidades do aplicativo. Nós tínhamos aparelhos para aquelas pessoas que não possuíam poder logar e ver como funcionava o aplicativo. E também a gente fez contato com a Motorola e fechamos um lote de aparelhos e financiamos *smartphone* a juros zero para aqueles clientes que não possuíam celular.

Atualmente, o banco possui dependência financeira do setor público ou é autossustentável?

N. S. - Hoje os 2% da circulação pagam os funcionários, esse prédio grande, nossa estrutura robusta e toda a operação. Lógico que esses 2% é um valor maior por conta dos repasses sociais do setor público, que gera mais consumo e mais receita pro banco. Então, apesar de ser autossustentável, o banco depende sim da prefeitura para haver mais consumo em Mumbuca.

Desde 2009, a cidade de Maricá é governada por prefeitos da mesma origem partidária. O fato da cidade de Maricá não ter sofrido mudança partidária desde o surgimento do banco foi importante para a manutenção e fortalecimento do banco? Vale ressaltar que alguns bancos foram descontinuados quando o município passou por mudança de origem partidária, como é o caso do Banco Capivari da cidade de Silva Jardim.

N. S. - A continuidade partidária ajudou muito, porque você viu por meio das mudanças que tiveram nas leis, que o banco só evoluiu. Isso tudo foi feito de forma correta e o motivo de sucesso do banco é justamente essa parceria com a prefeitura. Hoje o convênio da prefeitura é com o E-dinheiro e o Banco Mumbuca fica debaixo desse guarda-chuva fazendo os atendimentos referentes ao E-dinheiro. Mas, futuramente, isso vai inverter, vai entrar o banco com o convênio e o E-dinheiro como contratado do banco.

Atualmente, o Banco Mumbuca sofre com esse risco político em uma possível troca de poder?

N. S. - Não, eu acho que, no sentido dos benefícios, não acabariam, porque são direitos conquistados pelo povo. Mesmo que troquem de partido não conseguem tirar isso. Nem a

oposição cogita tirar os benefícios, tanto que na campanha da última eleição eles colocaram nas propostas a ampliação do projeto.

Quais são os maiores desafios da moeda social atualmente?

N. S. - É a vontade que a gente tem de fazer novas parcerias. É lógico que nosso foco é o desenvolvimento local de Maricá, mas a gente sempre está buscando novas parcerias, de repente um apoio a outras instituições ou universidades para o desenvolvimento de softwares para poder ajudar no atendimento. Eu acho que isso é nosso desafio a partir de agora, a gente não quer só ser visto como tendo parceria somente com a prefeitura, porque temos capacidade , técnica e pessoal para isso.

É visível o desenvolvimento local promovido pela moeda social ao longo desses quase 10 anos?

N. S. - Eu sou maricaense, nascida e criada aqui, então a gente vê muito nitidamente. O que antes eram pequenos empreendimentos, a gente vê que comprou a loja do lado e virou um empreendimento grande, um comércio familiar que hoje possui muitos funcionários. Então, você vê, de fato, ao andar na cidade o quanto a moeda social impactou a vida das pessoas e o desenvolvimento local. Hoje, a Mumbuca é parte da cidade, parte dos cidadãos maricaenses.

Existem limites para o crescimento da Mumbuca em Maricá? Quais são os anseios do Banco?

N. S. - Nosso foco é o desenvolvimento local, mas isso não impede que a gente possa auxiliar em outros locais. Lógico que em outros locais não será a moeda Mumbuca, até porque cada banco comunitário e cada local possui suas especificidades e características, então para o banco não há limites.

Excelente! Quero agradecer a atenção e disponibilidade. Até logo!